UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Dissertação

Políticas de Esporte e Lazer: o papel da universidade em questão

Gabriela Machado Ribeiro

Pelotas, 2012

GABRIELA MACHADO RIBEIRO

Políticas de Esporte e Lazer: O papel da universidade em questão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física

Orientadora: Professora Dra. Elizara Carolina Marin

Pelotas, 2012

Dados de catalogação Internacional na fonte:
(Bibliotecária Patrícia de Borba Pereira CRB10/1487)

R351p Ribeiro, Gabriela Machado

Políticas de esporte e lazer : o papel da universidade em questão /Gabriela Machado Ribeiro; Elizara Carolina Marin orientador – Pelotas : UFPel : ESEF, 2012.

109p. : il.

Banca examinadora:

_____

Profª Drª. Elizara Carolina Marin (Presidente- UFPel)

_____

Profº Dr. Silvio Sanchez Gamboa- UNICAMP

_____

Profº Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez- UFPel

_____

Profº Dr. João Francisco Magno Ribas- UFSM

AGRADECIMENTOS

Agradeço as várias pessoas que me impulsionam, que me confortam, que me mostram caminhos, que me são solidárias, que me fazem refletir sobre a utopia de ser educadora...

À Profª Elizara Carolina Marin, orientadora amada, exemplo de competência profissional, meu eterno agradecimento pelos ensinamentos, amizade, confiança e compreensão;

Ao Profº Luiz Carlos Rigo pelo pronto acolhimento e apoio, pelas conversas sempre divertidas e profícuas;

Aos professores Silvio Sánchez Gamboa, Luiz Fernando Camargo Veronez, Valdelaine da Rosa Mendes e João Francisco Magno Ribas, por aceitarem gentilmente comporem as bancas de qualificação e defesa e pelas valiosas contribuições ao trabalho;

Aos professores do PPGEF/UFPel pelo aprendizado, pelos compartilhamentos, parceria nos estudos e amizade;

Aos funcionários da ESEF/UFPel, em especial, a Christine Spieker, Hélio Peres da Fonseca e Giovane Lima, sempre solícitos, sempre incansáveis na realização de suas atividades;

Aos amigos Márcia Morschbacher e Marcos Cordeiro Bueno pela partilha das angústias, de aprendizados, pelo convívio, companheirismo e diálogo constante;

À Isabella, ao Everson e a Evelize pelas magníficas conversas nos almoços de segunda-feira...

Aos queridos Ricardo Drews, Bruno Prestes Gomes, Cristian Lopes, Marluce Decian, Priscila Cardozo pelo carinho e apoio, substanciais na reta final desse trabalho;

A minha mãe (Angela) pela luta diária para criar com amor e dignidade meu irmão e eu. Por sempre incentivar-me a estudar e ser capaz de expressar em seus gestos a importância de se buscar o conhecimento, aceitando e entendendo minhas ausências;

Ao meu irmão Cícero e o meu pai-drinho Miguel por acreditarem nas minhas escolhas e me apoiarem incondicionalmente mesmo nas entrelinhas. Agradeço pelo apoio e compreensão das minhas distâncias;

Ao Emerson, pessoa mais do que especial, pela paciência, compreensão, companheirismo. Por ser meu porto seguro, por me acalantar em momentos de angústia, de tensão, por perdoar meus distanciamentos e minhas presenças ausentes;

À CAPES pelo apoio financeiro;

A tantos outros que me deram força, meus sinceros agradecimentos!

RIBEIRO,Gabriela Machado. **Políticas de Esporte e Lazer: O papel da universidade em questão.** 2012. 109f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Resumo

Esta dissertação, vinculada à Linha de Pesquisa Memória Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas tem como temática de estudo o esporte e o lazer nas universidades federais brasileiras. Nesta perspectiva, intentamos compreender se as universidades públicas brasileiras formulam políticas de esporte e lazer e qual o teor das propostas existentes. Para dar conta de tal detalhamento buscamos identificar de que forma as questões relacionadas a essas manifestações são contempladas nos Projetos Pedagógicos Institucionais, Planos de Desenvolvimento Institucional e projetos do REUNI das universidades federais brasileiras. Para tanto, realizamos a análise documental dos documentos oficiais de 15 universidades federais. O processo analítico das fontes documentais pautou-se na análise de conteúdo preconizada por Bardin (1977). Os resultados revelaram que embora todas as universidades investigadas mencionem o esporte e lazer em seus documentos os apontamentos aludem, preeminentemente, ao esporte e lazer como estratégia de assistência estudantil; como elementos a serem contemplados na melhoria da infraestrutura institucional; como mecanismos de interação com a comunidade externa e entre a comunidade interna; de melhoria das condições de trabalho dos servidores. Apenas uma das instituições aponta o esporte e lazer como um direito social, constitucionalmente garantido indispensável para a formação cidadã do sujeito. No que tange a concepção de lazer, o entendimento preponderante é de caráter funcionalista assistencialista e as politicas institucionais não coadunam com a Política Nacional de Esporte. Destacamos que embora, a existência do registro documental não garante a efetivação de ações concretas, ao estarem inseridos na pauta de preocupações das universidades, especialmente na redação de seus documentos, poderá evidenciar uma forma de essas instituições se comprometerem com a vida social do lugar onde estão inseridas e a de se articularem com a sustentação e garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Esporte e Lazer. Políticas Públicas. Universidade Pública.

RIBEIRO, Gabriela Machado. **Policies of Sport and Leisure: The role of the university in question.** 2012. 109f. Thesis (MA) - Graduate Program in Physical Education Federal University of Pelotas, Pelotas.

Abstract

This dissertation, linked to the line of Memory, Culture and Society Research Program Graduate Physical Education, Federal University of Pelotas has the theme of this study sport and leisure in the Brasilian federaluniversities. In this regard, intend to understand the Brasilian public universities formulate policies for sport and leisure and what the content of the existing proposals. To account for such details we seek to identify how these issues are addressed in demonstrations Pedagogical Projects Institucional Development Plans and Project REUNI of the Brazilian federal universities. We made a documentary sources was based on content analysis proposed by Bardin (1977). The results revealed that while all universities surveyed mention the sport and leisure as in theirs documents the notes allude, preeminently, sports and leisure as a strategy for student assistance, as elements to be addresses in improving the insfrastruture, and mechanisms of interaction with external community and between the international community, to improve the working conditions of the servers. Only one of the institutions points to the sport and leisure as a social right, constitutionally ensure insdispensable for the formation of the individual citizen. About the concept of leisure, the predominant view is of a functional welfare and institucional policies not consistent with the national Sports Policy. We emphasis that althought the existence of the documentary record does not ensure the realization of concrete actions, to be entered on the list of concerns of universities, especially in the writing of their documents, can show a form of these institutions engage with the social life of the place where are inserted and to articule with the support and ensure of human rights.

Keywords: Sport, Leisure, Publics Policy, Public University.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior
ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
BI- Bacharelado Interdisciplinar
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDU- Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CIA- Central Intelligence Agency
CND- Conselho Nacional de Desporto
COB- Comitê Olímpico Brasileiro
CPB- Comitê Paraolímpico Brasileiro
CUBE- Confederação Universitária Brasileira de Esporte
EAD- Educação a Distância
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FMI- Fundo Monetário Internacional
GATS- Acordo Geral sobre o Comércio de Serviço
IES- Instituições de Ensino Superior
IFES- Instituições Federais de Ensino Superior
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB- Lei de Diretrizes e Bases
LEPEL- Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer
MEC- Ministério da Educação
OMC- Organização Mundial do Comércio
PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional
PELC- Programa de Esporte e Lazer na Cidade
PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE- Política Nacional do Esporte
PPP- Projeto Político Pedagógico
PST- Programa Segundo Tempo
PROUNI- Programa Universidade para Todos
RCBDU- Revista da Confederação Brasileira de Desporto Universitário.
REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
R.U- Restaurante Universitário
SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFFS- Universidade Federal da Fronteira Sul
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT- Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB- Universidade de Brasília
UNIAM- Universidade Federal de Integração da Amazônia Continental
UNILA- Universidade Federal da América Latina
UNILAB- Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira
UniNOVA- Universidade Nova
USAID- United States Agency for International Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa das Universidades Federais do Brasil.....13

Figura 2 Demonstração da organização das tabelas com os trechos referentes ano esporte e lazer nos documentos 15

.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Demonstrativo sobre abordagem esporte e o lazer nos documentos institucionais das universidades investigadas.....76

Quadro 2 - Demonstrativo dos apontamentos referentes à assistência estudantil.....78

Quadro 3 - Demonstrativo dos apontamentos relativos à promoção da interação entre universidade e comunidade através do esporte e lazer.....83

Quadro 4: Demonstrativo dos apontamentos relativos a assistência ao servidor.....87

Sumário

INTRODUÇÃO 14

1. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS 19

1.1 Explorando as fontes: notas sobre os procedimentos 21
1.2. Organização do Material Coletado 22

2. UNIVERSIDADE: DOS MODELOS CLÁSSICOS A CONFIGURAÇÃO ATUAL 25

2.1 Modelos de Universidade 25
2.2 O ensino superior no Brasil: do surgimento a consolidação 29
2.3 A mercadorização do ensino superior: interfaces entre o público e o privado no contexto atual 35
2.4 Função Social da Universidade: o embate em reafirmar princípios e atribuição de novos papéis 39
2.5. Relação Universidade e Comunidade: impasses e desafios na sociedade atual 47

3. LAZER NA SOCIEDADE CAPITALISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS 51

3.1 Trabalho, tempo livre e lazer: elucidando as interrelações 51
3.2 Políticas Públicas: Aproximações conceituais 55
3.3 Políticas Públicas de Esporte e Lazer: desafios à democratização 58
3.4 Espaços de Lazer: desvendando possibilidades 63
3.5. Esporte e Lazer na Universidade 65

4. POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS 72

4.1 Esporte e lazer nos documentos oficiais da IFES 72
4.2 Concepções de lazer subjacentes nos documentos das IES 86
4.3 A (des) articulação com a Política Nacional do Esporte 91

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 97

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os estudos relacionados às manifestações de esporte e lazer têm aumentado significativamente e com abordagem de diversas temáticas – que vai desde as possibilidades de vivência dos esportes e do lazer, implicações desses em diferentes contextos sociais, formação e atuação profissional na área e até a formulação de políticas públicas de fomento ao esporte e lazer. O desenvolvimento desses estudos constitui, a esfera do esporte e lazer, e em especial aos profissionais e gestores que atuam neste âmbito, uma fonte de conhecimentos e reflexão sobre os diversos aspectos que permeiam a área.

Apesar das diferentes facetas das manifestações de esporte e lazer estarem sendo pesquisadas, o papel das universidades enquanto promotora de políticas e concretizadora de ações planejadas é uma questão bastante incipiente na área. Desvendar as possibilidades do esporte e lazer na universidade, compreender essas manifestações para além de atividades compensatórias, refletir sobre as questões relacionadas às práticas corporais, ao esporte e ao lazer como elementos para a melhoria da qualidade das relações inter e intrapessoais no ambiente universitário é um grande desafio.

Na atual conjuntura, as limitações existentes no rol das políticas sociais são, em grande medida, oriundas das políticas neoliberais. A doutrina neoliberal, gestada em resposta à crise do *Welfare State*[1], deflagrada na década de 1970, apresenta-se conforme explica Frigotto (2003, p.75), como "alternativa teórica, econômica, ideológica, ético-política e educativa à crise do capitalismo deste final de século". O autor destaca ainda que o neoliberalismo calca sua tese na culpabilização do setor público (o Estado) pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio e, em contrapartida, institui o mercado e o setor privado como sinônimo de eficiência, qualidade e equidade.

[1] O *Welfare State* consistia em uma forma de organização política e econômica que situava o Estado como um agente de promoção social e organizador da economia. Esta perspectiva vislumbrava o Estado como um agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Ao Estado caberia a garantia dos serviços públicos e proteção à população (FRIGOTTO, 2003).

Nessa lógica, emerge a compreensão de Estado mínimo em que se enuncia uma redefinição do papel do Estado, reduzindo sua participação e intervenção no cenário econômico e instituindo ao mercado o papel de regulação das relações econômicas. Assim, entre outras diretrizes, preconiza o descomprometimento do Estado com as questões sociais difundindo a necessidade de privatização dos setores públicos, fomenta a minimização da participação estatal na economia do país e no mercado de trabalho, acena para uma economia alicerçada no setor privado e na acumulação flexível do capital.

Esse processo de reordenamento econômico confere ao capitalismo uma nova fase visando à reorganização de suas formas de dominação, não só no setor produtivo, mas, também, buscando a hegemonia nos diversos âmbitos sociais .

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que no trato de políticas públicas, seja de qual for a natureza, é preciso levar em conta as estruturas de poder e dominação existentes bem como os conflitos que permeiam o contexto social e convergem no Estado, a medida que o estabelecimento de políticas públicas pressupõe imprescindivelmente eleger prioridades.

Assim, a escolha de uma dada política pública diz respeito necessariamente à concepção da relação Estado/Sociedade presente em toda a política dessa natureza, como forma de intervenção na realidade. Essas são condicionadas por interesses e expectativas de diferentes grupos sociais sendo seu processo de deliberação caracterizado por transações, pressões, confrontos acirrados e relações de poder.

A universidade, como instituição social, não está alheia a estrutura social mais ampla e aos valores perpetuados pela sociedade civil e pelos seus órgãos mantenedores. Em meio aos inúmeros conflitos de interesses as universidades públicas estabelecem sua missão, suas prioridades expressas na elaboração das políticas institucionais e nas metas a serem alcançadas.

Ciente dessas implicações, procuramos neste trabalho, subsidiar a compreensão da maneira como as universidades públicas brasileiras tem compreendido as manifestações de esporte e lazer enquanto viés de formação humana na formulação de suas políticas de desenvolvimento institucional, na destinação de recursos financeiros, na proposta pedagógica, entre outros.

Acenamos para a necessidade de reflexão e produção de conhecimento acerca do entendimento das universidades sobre as questões relativas ao esporte e ao lazer no contexto universitário, tendo em vista que essas instituições têm como uma das responsabilidades refletirem sobre os significados sociais e os modelos científicos que envolvem as questões decorrentes da realidade social.

Partirmos do princípio que o lazer configura-se como uma possibilidade de prática de emancipação, durante o tempo livre, com grande potencial de formação e educação humana. Entendemos que a inclusão aos bens sociais e culturais faz parte da formação cidadã do sujeito e que o esporte e o lazer na universidade devem emergir com novas práticas a partir de um modelo que ofereça contribuições significativas à formação de seus alunos e comunidade. Cabe ressaltar que a compreensão da dimensão educativa do lazer pode viabilizar a formação de sujeitos com uma postura crítica perante aos produtos da indústria cultural e conduzir a uma melhor compreensão da necessidade de reivindicar políticas públicas de esporte e lazer.

Assim, estabelecemos como objetivo principal desse trabalho *compreender se as universidades públicas brasileiras formulam políticas de esporte e lazer e qual o teor das propostas existentes.*

Para alcançarmos tal propósito foi suscitado um conjunto de questionamentos: *Qual é a função da universidade pública? Qual o papel dessa universidade na discussão sobre políticas de esporte e lazer? Qual é a importância do fomento do esporte e do lazer na universidade pública? As universidades públicas brasileiras investem em políticas de esporte e lazer, e como o fazem? Como o esporte e o lazer são contemplados nos Projetos Pedagógicos Institucionais, Planos de Desenvolvimento Institucional e projetos do REUNI das universidades públicas brasileiras?*

Este trabalho não tem a pretensão de apontar soluções para resolver as limitações que envolvem a compreensão do lazer na sociedade, em especial, no âmbito universitário, ou suprir as lacunas e os equívocos que merecem respostas mais adequadas. O intuito é contribuir com a área do lazer levantando questões que partem de um espaço específico, qual seja o da universidade, abordando aspectos peculiares desse contexto e suas interlocuções com a sociedade atual.

Para tal, no primeiro capítulo, apresentamos o caminho metodológico percorrido na investigação, acenando o tipo de pesquisa desenvolvida e a metodologia de análise adotada. Anunciamos ainda, as etapas desenvolvidas na pesquisa, o *corpus* de análise, o processo de coleta de dados, bem como, o processo de organização e categorização que orientam o estudo. No mesmo capitulo, esclarecemos sobre o universo da pesquisa e as razões pelas quais foi escolhido e, por conseguinte, contempla descrição detalhada dos procedimentos realizados para a coleta, organização e análise dos dados.

O segundo capítulo, intitulado *Universidade: Dos Modelos Clássicos a Configuração Atual,* apresenta uma breve incursão pelos processos constitutivos da universidade, os principais modelos que figuraram na sua trajetória e os modos como as IES se consolidaram no Brasil. Procuramos abordar a articulação e subsunção do ensino superior aos ditames neoliberais, as transformações das funções atribuídas a universidade a partir do estreitamento de suas relações com o mercado e a relação que tem estabelecido com a sociedade.

O terceiro capítulo, denominado *"Lazer na Sociedade Atual: Considerações Teóricas e Conceituais"*, trata de aspectos conceituais do lazer acenando sua indissociável relação com a categoria trabalho. Procuramos elucidar como a configuração do tempo livre é fruto decorrente das tensões entre capital e trabalho. Apesar do entendermos a impossibilidade de haver um tempo essencialmente livre, na lógica da sociedade capitalista, trazemos à discussão questões relacionadas a elaboração de políticas públicas de esporte e lazer que promovam a democratização das manifestações e as possibilidades de vislumbrar a universidade como um espaço/equipamento para essas. Além das relações históricas existentes entre as manifestações de esporte e lazer, abordamos a necessidade das universidades refletirem sobre sua responsabilidade no que tange à democratização cultural através da promoção de espaços/tempo de vivência de esporte e lazer.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos dados emergentes do processo analítico dos Planos de Desenvolvimento Institucional, Projetos Pedagógico Institucional e projetos REUNI das universidades investigadas. Nesse capítulo, além de apresentarmos a materialização do trato das questões concernentes ao esporte e lazer nos referidos documentos, trazemos à discussão as concepções de lazer

subjacentes nesses bem como aspectos referentes à (des) articulação desses com a Política Nacional de Esporte.

1. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem caráter descritivo e explicativo e será realizado a partir da abordagem qualitativa com o intuito de descrever, compreender e interpretar como as universidades federais brasileiras tratam as questões do esporte e lazer com base na análise de documentos.

Tim May, (2004) compreende os documentos como objeto de estudo interessantes tanto pelo conteúdo que explicitam quanto pelo que não expressam, como artefatos incapazes de registrar a realidade social com neutralidade e independência. Bardin (1977, p.45) acena ainda que essa metodologia é um " um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original a fim de facilitar um estado ulterior, a sua consulta e referenciação".

Para o desenvolvimento de uma análise documental, Ludke e André (1986, p.38) sugerem a análise de conteúdo como uma forma relevante de fazer "inferências válidas e replicáveis dos dados para seu contexto".

Nessa direção, Bardin (1977, p. 36), sinaliza a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de comunicação "visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens". O emprego desse método de análise possibilita, conforme adverte Triviños (2007, p.160), "desvendar ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc, que a simples vista, não se apresentam com a devida clareza".

A realização de uma análise de conteúdos, conforme alerta Bardin (1977) pressupõe etapas básicas: a *pré-análise,* em que o pesquisador realiza uma organização da análise, *exploração do material,* que é composta pela codificação em que são feitos os recortes (escolha das unidades a serem estudadas), pelas agregações (escolha das categorias de análise) e enumerações (escolha das regras de contagem); categorização que consiste na classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e reagrupamento segundo o gênero

(analogia) com critérios previamente definidos; *inferências* são as deduções que o pesquisador faz a partir do tratamento dos dados coletados.

Para desenvolvimento dessa pesquisa, como objeto central de interesse, foi preconizada a compreensão sobre as políticas de esporte e lazer propostas pelas universidades federais, o vínculo dessas com o contexto sócio econômico atual e sua repercussão na elaboração de propostas concernentes ao esporte e ao lazer. Dessa forma, após consultar as orientações legais do MEC para as universidades, delimitamos os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Político Pedagógico (PPI) e Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e subjacentes (Leis, Decretos, Pareceres que os instituem, e os regulamentam), como fontes primordiais para a construção de interpretações e alcance de tal entendimento.

A opção pela análise desses documentos se dá pelo fato de que além de ser condição indispensável para credenciamento e/ou recredenciamento das IES junto ao MEC, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) são partes integrantes do processo avaliativo do SINAES[2], e através da sua redação esses buscam expressar a identidade de cada instituição.

Assim, o PDI "é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver" (BRASIL, 2004)[3]. O PDI, segundo Picawy (2008, p.90) "reúne as macro concepções totalizadoras da IES a partir da sua mantenedora e suas especificidades", enquanto que a descrição das políticas e estratégias institucionais e que mantêm a personalidade institucional são evidenciadas no PPI.

---

[2] SINAES é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior que tem como finalidade promover a "a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional". (BRASIL, 2004).

[3] LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf. Acesso em: 10 de out. de 2010.

O Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. O PPI revela uma visão de mundo e do papel da educação superior, ao mesmo tempo em que explicita o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na busca entre o real e o desejável que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Além dos documentos citados, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi selecionado como fonte de análise por ser um plano recente do governo federal que tem ocasionado modificações significativas na estrutura e funcionamento das IES. Com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, o referido plano, após o primeiro ano de implantação pelo MEC, havia conquistado a adesão da totalidade das instituições existentes no momento.[4]

1.1 Explorando as fontes: notas sobre os procedimentos

O material de análise foi coletado nos *sites* oficiais das universidades federais brasileiras, os quais foram levantados a partir da consulta na página do MEC/REUNI, que apresenta um mapa de todas as universidades federais do país.

Figura 1- Mapa das Universidades Federais do Brasil

[4] Dados do relatório do Primeiro ano do REUNI disponível em: http://reuni.mec.gov.br, Acesso em 10 de outubro de 2010

No período de janeiro de 2010 a outubro de 2010 foram acessados os *sites* das cinquenta e oito (58) universidades federais brasileiras em busca da localização dos documentos elencados. Essa etapa foi permeada por alguns percalços, pois são poucos os sites que apresentam links para acesso aos documentos em sua página inicial. Foi necessária uma exaustiva procura nos links das Pró-Reitorias, no rol dos documentos e nas ferramentas de busca de cada *site*.

Diversas instituições possuem disponíveis apenas alguns dos documentos selecionados, todavia como definimos como critério de inclusão no estudo a disponibilização dos três documentos (PDI, PPI e plano REUNI), fazem parte do *corpus* de análise, quinze (15) universidades federais. Assim, a amostra é constituída pelas seguintes universidades: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal do Rio Grande; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Tocantins; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal do Alagoas; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

1.2. Organização do Material Coletado

Diz respeito ao agrupamento e organização preliminar do material, em que procuramos fazer uma apreciação do conjunto de documentos. Nesta etapa, buscamos identificar a melhor maneira de proceder e abordar os documentos da forma mais inteligível e em conformidade com os objetivos das investigações.

No processo da coleta, os documentos foram arquivados em pastas consoantes a cada região do país e dentro destas foi necessário agregar pastas de cada universidade. Paralelo a esse procedimento, foi sendo elaborada uma lista contendo o nome da instituição, o documento localizado, a página em que está disponível e a data de acesso e outra com os documentos disponíveis cada uma das universidades.

A organização do material pressupõe o processamento da leitura conforme critérios de análise de conteúdo englobando técnicas, fichamentos, levantamentos

quantitativos e qualitativos de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar e aperfeiçoar a abordagem e manuseio dos dados.

Partindo desse entendimento, definimos um conjunto de termos chave a serem localizados em cada um dos referidos documentos. Os termos elencados foram*: esporte (esportivo); quadras esportivas; ginásio; lazer; jogo; recreação (recreativo); atividade física; qualidade de vida; cultura (cultural); dança; música; teatro; cinema; festival; show; espetáculo; artes; competições.* A localização desses termos chave foi realizada pelo sistema de busca do programa *Adobe Reader*, formato em que os documentos estavam salvos.

Pautando-nos no que sugere Bardin (1977, p.107), acerca das unidades de registro (palavras- chaves) referendando a importância da frequência que aparecem no texto "as unidades de contexto servem de unidades de compreensão para codificar a unidade de registro, levando em consideração o contexto em que essa está escrita". A partir da realização da codificação elaboramos o quadro, que conforme, exemplificação abaixo, consta cada instituição, seus respectivos documentos, o item/seção em que o termo chave foi localizado e o texto correspondente com a identificação da página.

Figura 2- Demonstração da organização das tabelas com os trechos referentes ano esporte e lazer nos documentos (PPI,PDI, REUNI)

	INSTITUIÇÃO	DOCUMENTO	ITEM	TEXTO
REGIAÓ SUL				
1.	Universidade Tecnologica Federal do Paraná	PDI	PROJETO POLÍTICO PEDAGOGICO INSTITUCIONAL	Além da pesquisa e da extensão, outros mecanismos de interação com a comunidade também devem ser postos em ação, como: programas de educação continuada; programas para dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer; programas de desenvolvimento social e comunitário; transferência de conhecimento, apoio ao desenvolvimento de habitats de inovação, entre outros (p. 58) Os programas para dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer, voltados para a qualidade de vida, devem oportunizar à comunidade interna e externa a prática de atividades físicas como fator de saúde, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida, além da criação e difusão das expressões artístico-culturais, viabilizando o acesso da comunidade aos espaços culturais, desportivos e de lazer. (p. 58)
	Universidade Tecnologica Federal do Paraná	PDI	PERFIL INSTITUCIONAL	Adequar os ambientes de trabalho, estudo e lazer da comunidade. (P. 37)
	Universidade Tecnologica Federal do Paraná	REUNI	METAS QUALITATIVAS	Expansão das atividades esportivas, curriculares e sociais dos discentes. (P. 8)
	Universidade Tecnologica Federal do Paraná	PPI	MECANISMOS DE INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA	Além da pesquisa e da extensão, outros mecanismos de interação com a comunidade também devem ser postos em ação, como: programas de educação continuada; programas para dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer; programas de desenvolvimento social e comunitário; transferência de conhecimento, apoio ao desenvolvimento de habitats de inovação, entre outros (p. 70) Os programas para dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer, voltados para a qualidade de vida, devem oportunizar à comunidade interna e externa a prática de atividades físicas como fator de saúde, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida, além da criação e difusão das expressões artístico-culturais, viabilizando o acesso da comunidade aos

Posteriormente, a partir da exploração e organização dos dados coletados, conforme ilustrado na figura acima, foi possível determinar as categorias de análise e tecer inferências acerca do material estudado.

Conforme salienta Kuenzer (2011, 62), são as "categorias que servem de critério de seleção e organização da teoria e dos fatos a serem investigados a partir da finalidade da pesquisa, fornecendo-lhe o princípio de sistematização que vai lhe conferir sentido, cientificidade, rigor, importância".

Assim, a autora explica que a análise deve articular categorias de método e conteúdo à medida que as categorias metodológicas tratam das leis universais e dão suporte à relação pesquisador-objeto no decorrer da pesquisa e as categorias de conteúdo são a aplicação dessas ao particular, ao conteúdo específico de cada estudo.

Dessa forma, buscamos conduzir a análise dos dados empíricos à luz das categorias e leis básicas da dialética[5] e das categorias de conteúdo, advindas das especificidades do objeto de investigação.

[5] As categorias metodológicas conforme explica Kuenzer (2011) são: *práxis*(mostra que o conhecimento novo acontecerá sempre no movimento constante do pensamento que vai do abstrato ao concreto pela mediação do empírico); *totalidade* (processo de concretização que se dá através do movimento e das relações que ocorrem das partes com o todo e do todo para as partes, do fenômeno para a essência e vice-versa); *contradição* (relação ativa de contrários em busca de superação, mesmo que conservando o que cada um tem de determinado); *mediação* (possibilita estudar o conjunto das relações que estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade).

2. UNIVERSIDADE: DOS MODELOS CLÁSSICOS A CONFIGURAÇÃO ATUAL

A universidade, tal como conhecemos hoje, tem sua trajetória marcada por confrontos e, especialmente, alianças com as classes dominantes e o poder. Acompanhando as diversas transformações sociais ocorridas desde a sua criação, foi forjando sua identidade conforme lhe fora demandado. Assim após passar pela égide da igreja no período de sua criação no século XII, de receber os impactos do período Renascentista calcado no humanismo literário e artístico do século XV, de institucionalizar a ciência a partir das descobertas científicas do século XVII e das influências iluministas do século XVIII, se consolida com um modelo universal laicizado no século XIX e, atualmente, encontra-se no bojo de um emaranhado de determinações neoliberais.

Com o intuito de favorecer a compreensão da atual configuração do ensino superior em âmbito mundial, nos propomos a fazer uma breve incursão pelas diferentes concepções de universidade, suas transformações históricas e seu quadro atual.

2.1 Modelos de Universidade

Em decorrência da nova conjuntura social e das modificações da universidade medieval no período renascentista, os séculos XVII e XVIII são marcados pela emergência das descobertas na ciência. A revolução científica, que teve como um dos principais desdobramentos a Revolução Industrial e o Iluminismo precursor da revolução ideológica que incidiu diretamente na estrutura da sociedade da época, figuraram como os principais alicerces da universidade moderna.

Esses movimentos no campo do conhecimento alavancam a ruptura com o modelo institucional calcado na repetição (universidade medieval) e na tradição clássica (academias platônicas), acenando a invenção, a pesquisa e a descoberta como novos suportes para as demandas da emergente sociedade científica e do Estado Moderno.

Trindade (2001, p. 16) destaca que “as novas tendências da universidade encaminharam-se em direção a sua nacionalização, estatização (França e Alemanha) e abolição do monopólio corporativo dos professores”. Com esse processo se dá início ao chamado “papel social das universidades”, que por interesse do governo incentiva o desenvolvimento de três novas profissões: engenharia, economia, diplomacia.

No final do século XVIII, após a revolução francesa, a universidade modifica novamente sua organização e passa a “ser subordinada ao Estado Nacional”. Em um contexto de hegemonia e expansionismo francês, Napoleão funda um modelo de universidade que modifica o caráter do ensino superior em âmbito internacional. A universidade napoleônica, além de transformar o princípio da socialização da alta cultura, passa a enfatizar a profissionalização e o conhecer utilitário, alterando a estrutura organizacional universitária subdividindo-a em academias e faculdades isoladas (LUCKESI, 1984).

Essa se torna um importante instrumento para criar quadros necessários para a sociedade e para difundir a doutrina do Imperador. A necessidade de cultivar a ordem social e a obediência ao Império principia no âmbito nacional e se estende ao domínio supranacional. Para garantir que os ditames imperiais fossem respeitados, o corpo docente das universidades era escolhido e assistido por um Conselho que fiscalizava e regulava o que deveria ser ensinado. Assim, as instituições universitárias tornaram-se um instrumento do poder imperial.

Na Inglaterra, o modelo de universidade que se desenvolve tem a intenção de primar pelo pragmatismo da formação universitária. Com o entendimento de que o ensino superior deveria contribuir com o desenvolvimento, intenta “atender as demandas econômicas do país, que no século XIX, era a maior potência industrial, militar e colonial do mundo e centro de uma economia capitalista em rápida expansão e profunda transformação” (SANTOS, 2010, p.121). Com exceção de Oxford e Cambridge, que mantém o caráter tradicional e o cultivo de um saber “desinteressado” como apregoava o Cardeal Newman[6], criam-se paralelamente

[6] Jonh Henry Newnam (1801-1890) nasceu na Inglaterra, graduou-se em Oxford e, posteriormente ordenou-se padre. Preconizava a universidade como espaço de ensino do saber universal, do desenvolvimento cognitivo ao invés da dimensão profissional. é convidado em 1851 por bispos católicos irlandeses a fundar a Universidade de Dublin. (ALMEIDA FILHO, 2008)

escolas superiores e institutos científicos e tecnológicos, formando engenheiros, agrônomos, médicos, contadores e outros profissionais.

Na primeira metade do século XIX, além do surgimento dos modelos inglês e napoleônico de ensino superior emerge na Alemanha uma universidade de caráter diferenciado. Em contraposição e em reação ao enfraquecimento de diversas universidades alemãs no período de conflitos e invasões napoleônicas, é criada em 1809, uma nova universidade na Prússia. Na Universidade de Berlim, sob o comando de Humbolt se implementa a idéia do "princípio das pesquisas e do trabalho científico desinteressado associado ao ensino, amadurece sob o impulso do Estado e com o propósito de garantir a liberdade dos cientistas" (TRINDADE, 2001, p.17).

O modelo Humboltinano baliza-se na prerrogativa de que quanto mais independente as universidades forem dos interesses materiais, econômicos, sociais e políticos – da sociedade na qual a instituição está integrada – melhor a sua missão (procura do conhecimento como um fim em si mesmo, a sua preservação e a sua difusão) será cumprida, cabendo ao Estado preservar a independência da universidade para proteger os seus próprios interesses e a cultura nacionais. Esse modelo universitário passou a preconizar a pesquisa como a própria essência da universidade e para tanto, não deviam ser medidos esforços para favorecer os trabalhos científicos dos pesquisadores.

Ao Estado, caberia subsidiar economicamente, respeitar a lógica interna da ciência e intervir o menos possível. Dentre os princípios da universidade prussiana de Berlim distinguia-se Estado e nação designando à educação papel importante para a nacionalização. As idéias inovadoras da universidade berliniana se disseminaram pelas tradicionais universidades européias estabelecendo por longo tempo "complexas relações entre sociedade, conhecimento e poder" (TRINDADE, 2001).

A concepção de incentivo e resguardo da autonomia, todavia não perdura por muito tempo e começa a sofrer contínuas transformações, dentre as quais a considerável diminuição da autonomia e da liberdade acadêmica, com consequente vínculo dos intelectuais à política estatal e uma reviravolta em direção ao pragmatismo, sob influência do modelo de universidade norte-americano.

Com a ascensão do nazismo passou haver um controle estatal sobre as universidades liquidando a tradicional e outrora deseja neutralidade científica, exigindo a adesão e subordinação dos docentes universitários a proposição desse regime.

Além desses modelos de universidade que deixaram heranças ao modelo de universidade atual, outra concepção de universidade que é bastante difundida até a atualidade, influenciando de maneira incisiva, inclusive, a Reforma Universitária Brasileira de 1968, é o modelo de universidade norte-americano.

A Universidade Pragmática, como ficou conhecida, tem sua origem no final do século XIX, sob influência da colonização inglesa e européia. Preocupada com as questões econômicas do país, busca organizar suas ações para colaborar com o desenvolvimento econômico americano.

Apesar de iniciarem reproduzindo a estrutura das universidades inglesas Oxford e Cambridge, “procuravam desenvolver o ensino a partir das necessidades das comunidades locais e preservar seus valores” (SANTOS, 2008).

Ao compreender o saber como um instrumento, e vislumbrar o conteúdo escolar como algo de aplicabilidade imediata desenvolveram uma visão pragmática de educação. O entendimento dessa como veículo de desenvolvimento e atendimento de interesses da população, levou os Estados Unidos a engajarem-se na massificação do ensino superior.

Pela preocupação em atender toda a população americana, independente de classe social e proporcioná-la uma educação útil, com uma forte dimensão prática, o ensino superior configurou um conjunto bastante diversificado de instituições, estabelecendo em suas ações as primeiras iniciativas de interrelação com a comunidade, as quais se configuram como o princípio da extensão universitária.

Essa concepção de universidade múltipla e diversificada foi denominada de multiversidade, a qual caracteriza-se como:

> uma universidade funcionalizada, disponível para o desempenho de serviços públicos e a satisfação de necessidades sociais conforme as solicitações das agências financiadoras, estatais e não estatais. Trata-se de uma instituição no centro dos acontecimentos , e podem ter tanto a colaboração das forças e a CIA, com a ligação a indústrias e associação de agricultores, como a assistência técnica aos países de terceiro mundo; o apoio as escolas das zonas urbanas degradadas, a organização de clínicas de vizinha para as classes populares , a assistência jurídica e judiciária aos pobres (KERR, 1982 *apud* SANTOS 2008, p. 206)

Embora esse modelo tenha representado significativa contribuição ao âmbito universitário, Santos (2008) destaca em especial, duas críticas proferidas a tal. A primeira crítica destaca que o intervencionismo sujeitaria a universidade a pressões e tentações que descaracterizariam os programas de extensão, compeliriam o professor a uma certa deslealdade com a instituição ao dedicar mais tempo a consultorias privadas do que as demandas do ensino e da investigação, os programas considerados socialmente revelantes acabariam por reprimir os departamentos de filosofia, de cultura clássica ou de história medieval.

A segunda crítica argumenta que por conta da expansão desmesurada do ensino superior provocaria o aumento do serviço administrativo, e o crescimento descontrolado da burocratização dificultando a ação livre e autônoma dos docentes.

Mesmo diante dessas críticas, a universidade americana passou a estabelecer relações diretas com a comunidade, os acadêmicos de direito, da saúde, da educação começaram, através dos programas de extensão, atender a comunidade, influenciando outras instituições. Com ações extensionistas, inaugurou a preocupação das universidades com sua responsabilidade social, que em muitos casos, foi se reduzindo às ligações com a indústria.

2.2 O ensino superior no Brasil: do surgimento a consolidação

O Brasil, alheio a evolução do Ensino Superior em outras partes do mundo, contrariando a trajetória dos demais países latino- americanos, começa seu percurso tardiamente. Organizado em faculdades isoladas, em cursos profissionalizantes, tem seu início marcado pela preocupação, de possibilitar às elites, a formação profissional para a inserção em quadros dirigentes.

Na América espanhola, conforme destaca Almeida Filho (2008), a universidade é criada pouco tempo depois da colonização. Resultante de uma iniciativa conjunta entre Igreja e Estado Colonial, o ensino superior foi implantado reproduzindo fielmente a mesma estrutura e oferecendo o mesmo tipo de ensino ofertado pela metrópole. Ao final do século XVI, já haviam seis universidades implantadas e com a contínua expansão do ensino superior nos países latinos, no ano de 1800 contabilizavam-se 20 (vinte) universidades do México ao Chile. No decorrer do século XIX, a universidade latino- americana incorpora o modelo

napoleônico de universidade e passa a preocupar-se com a formação profissional em todo o continente.

No Brasil, todavia, as escolas de ensino superior foram criadas quase três séculos mais tarde. Esse relativo atraso se deve ao fato de que ao contrário das demais colônias que foram ocupadas pela Espanha, o Brasil foi colonizado por Portugal, que preocupado em manter a soberania, não permitia a criação de ensino superior em suas colônias.

Diante da resistência imprimida pela Coroa, coube à elite colonial portuguesa enviar seus filhos para estudarem na Universidade de Coimbra, em Portugal. Essa, calcada nos preceitos da Ordem Jesuíta tinha como missão a unificação cultural do Império português e, para tanto, acolhia os filhos das elites portuguesas nascidos em seus territórios, visando a aceitação inquestionável da fé católica e da superioridade da Metrópole (Portugal) em relação à Colônia (Brasil).

Com a chegada da Família Real Portuguesa no Brasil, em 1808, os comerciantes locais mobilizaram-se e solicitaram ao príncipe, a criação de uma universidade no Brasil, dispondo-se inclusive a colaborar financeiramente para viabilizar o pedido. A solicitação foi atendida e conseqüentemente, foi fundada a primeira escola de ensino superior em Salvador, com os cursos de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, logo criou-se da Escola de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro, a atual Faculdade de Medicina da UFRJ, do curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura.

O ensino superior no Brasil foi se desenvolvendo muito lentamente, sem a preocupação com a diversificação ou com a ampliação, pois a elite que detinha o poder nesta época não percebia vantagens na ampliação de universidades. Seguindo o modelo das grandes escolas francesas, as primeiras faculdades brasileiras eram voltadas exclusivamente ao ensino.

Enquanto na Argentina, em 1918, já se vivenciava um forte movimento de reforma universitária protagonizado pela Universidade de Córdoba que buscava “estabelecer bases de um modelo institucional baseado no compromisso entre o projeto universitário e a sociedade”, o Brasil ainda dava os primeiros passos para a organização de uma universidade.

Somente em 1922[7], foi criada a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da agregação de faculdades isoladas conservando o enfoque no ensino e a estrutura e funcionamento baseados no modelo francês. Na década seguinte, dá-se início a um movimento de transformação e gestação da primeira universidade genuinamente brasileira, em 1934, é criada a USP, que apesar de ter contado com a contribuição de diversos intelectuais franceses, "representa o surgimento de um paradigma nacional de instituição universitária" (ALMEIDA FILHO, 2008).

A universidade brasileira, apesar de sofrer com conflitos de interesses entre grupo de educadores, políticos e líderes religiosos que discutiam sua organização, seu enfoque de atuação e o papel do Estado como normatizador e financiador, tem um crescimento numérico significativo. Trindade (2001, p. 27) demonstra que na América Latina, até 1950, o acesso à universidade era fortemente elitizado, somando um conjunto de 266.000 estudantes (2% dos jovens de 18 a 24 anos). Em 1960 o número de matriculas cresce mais de cinco vezes, totalizando o número de 1.640.000 estudantes. No Brasil, em 1935 o número de alunos matriculados no ensino superior era de 27.501 que se eleva para 282.653 alunos matriculados em 1970.

Os anos 1960, no Brasil, galgam ao ensino superior e a educação em geral, mudanças substanciais tanto antes quanto após o golpe militar. Foram criados Centros Populares de Cultura, Campanhas de Alfabetização de Adultos, e se propunha um ensino superior mais nacional e mais democrático, incluindo fóruns acadêmicos como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Em 1961, Anísio Teixeira juntamente com Darcy Ribeiro dá início a Universidade de Brasília, primeira instituição identificada com projetos de desenvolvimento e tecnologias nacionais. Tida como uma perspectiva moderna de universidade, a proposta da UnB representa o fruto da fusão dos modelos clássicos de universidade napoleônica, humboltiano, do cardeal Newman e do norte-americano. A tentativa de consolidação desse modelo, todavia, foi interrompida com a instauração da ditadura militar, que além de destituir da reitoria e exilar Anísio

[7] A Universidade Federal do Amazonas criada em 1909 e a Universidade Federal do Paraná criada em 1912 reivindicam o titulo de pioneira, todavia a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a primeira a ser reconhecida oficialmente (ALMEIDA FILHO, 2008)

Teixeira, toma a universidade demitindo, perseguindo e exilando muitos professores, intelectuais e estudantes.

Após esse episódio político , Almeida Filho (2008, p.136), destaca que os militares decidem “adotar uma versão empobrecida do sistema norte-americano de educação universitária.” Para tanto, estabelecem acordos entre o Ministério da Educação e a USAID[8] em 1967, introduzindo uma reforma universitária financiada por empréstimos do FMI e do BID. Assim, a conhecida Reforma de 1968[9], ao tomar algumas bandeiras de reivindicação de professores e estudantes, se implementa evidenciando diversas contradições.

Essa reforma representou avanços significativos na configuração do ensino superior brasileiro à medida que implantou o sistema de pós-graduação que representou a principal oportunidade de avanço do conhecimento científico, aumentou o número de vagas aos estudantes em universidades públicas, extinguiu do modelo catedrático e estabeleceu o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Além desses progressos, todavia, a reforma representou alguns retrocessos, pois promoveu a proliferação das instituições privadas, a fragmentação da formação ao aderir o “sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, a matrícula por disciplina. A remodelagem da organização das universidades federais, além de objetivar a disseminação da eficácia e produtividade como princípios, segmenta através da departamentalização as faculdades de filosofia, ciências e letras lócus por excelência de articulação do saber e coração político das universidades. O desenvolvimento das ações extensionistas, se dá sob forte influência do modelo americano, acontecendo de forma assistencialista, com caráter de transmissão de conhecimentos. (LEHER, 2001; FÁVERO, 2006; PAULA, 2009).

Em âmbito internacional a universidade, que até então era tida como espaço hegemônico de conhecimento e cultura, deflagra uma crise, a qual já vinha sendo sinalizada. A esse respeito, Santos (2008, p. 188) elucida que essa crise decorre das novas demandas sociais atribuídas a universidade a partir do pós- guerra. Essa,

[8] Os acordo estabelecidos foram denominados Acordos MEC- USAID com o objetivo de aperfeiçoar o modelo de educação no Brasil.

[9] A reforma de 1968 modificou a estrutura do ensino promovendo a fusão dos cursos primário e ginasial (de 5 anos e 4 anos, respectivamente), que tornou-se o 1º grau com duração de 8 anos, o cientifico e o clássico transformaram-se no ensino de 2º grau com 3 anos de duração, e o ensino superior passou a ser o 3º grau. (Fávero, 2006)

para atender esses novos desafios precisa se reorganizar e estabelece a investigação, o ensino e a prestação de serviços como fins principais. A mudança de finalidades, no entanto, resulta na atribuição de uma “multiplicidade de funções por vezes contraditórias entre si”. O autor destaca que essas contradições se dão em três domínios:

> a contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares necessários à formação das elites de que a universidade se tem vindo a ocupar desde a Idade Média, e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social e nomeadamente para a formação de uma força de trabalho qualificada e exigida pelo desenvolvimento industrial; a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credencialização das competências e as exigências sócio-políticas de democratização e da igualdade de oportunidades; e, finalmente, a contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e dos objectivos institucionais e a submissão crescente a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial. (SANTOS, 2008, p. 190)

As contradições identificadas, respectivamente, como crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional, se intensificam com o processo de globalização e continuam em aberto atualmente. A consolidação do neoliberalismo, que preconiza substancialmente o descomprometimento do Estado com as políticas sociais (saúde, educação, previdência, etc), atinge diretamente, a organização do ensino superior que sofre efeitos degradantes, desencadeando um processo de precarização da universidade pública em âmbito mundial, principalmente nos países em desenvolvimento.

A redução de investimento no ensino superior é apontada pelo Banco Mundial e pela OMC como medida necessária para solucionar os problemas educacionais, principalmente nos países periféricos. Nessa lógica, o Estado se abstém da sua obrigação de investir na educação superior como um direito do cidadão e passa a concebê-la como uma mercadoria a ser comercializada através de serviços educacionais.

No Brasil, apesar da redução da participação do Estado na garantia dos direitos sociais ter seu princípio com o presidente Fernando Collor de Mello, é no governo FHC que ocorre a intensa adesão as políticas propostas pelo Consenso de Washington[10] para desenvolvimento econômico.

---

[10] Receituário de caráter neoliberal composto por um conjunto de medidas (que se compõe de dez regras básicas) para promover ajustamento macroeconomico. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington. Acesso em 25 de outubro de 2010.

Ferreira (2010), ao analisar o investimento do Estado nas políticas sociais a partir da década de 1990, acena que a preocupação com a quitação da dívida externa provoca uma transformação no modelo desenvolvimentista do Estado, o qual volta-se para o benefício do mercado financeiro e reduz drasticamente seu gastos em investimentos.

A autora reitera que a implementação das propostas neoliberais, enfrentaram resistências que, apesar de insuficiente para barrar as privatizações, impediu a transformação de hospitais, universidades e demais órgãos públicos em organizações sociais. Isso, contudo, promoveu dentro dessas instituições o fortalecimento do papel de organizações não- governamentais, de fundações e organizações terceirizadas na efetivação de políticas sociais.

Outro fator que consolidou os preceitos neoliberais no âmbito universitário, foi implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1996, que chancela a oferta da educação superior pela iniciativa privada. Essa premissa é evidenciada no seguinte artigo:

> Art. 7º: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal (Brasil, 1996).

No entendimento de Catani e Oliveira (2007, p. 83) a LDB “promoveu a completa reestruturação da educação superior no país, em um processo que restringiu (e metamorfoseou) a atuação da esfera pública e ampliou a ação do setor privado, alterando de maneira significativa a identidade das IES”. Esse assentimento representa para os autores, a transformação da “educação um bem ou “produto”, que os “clientes” adquirem no mercado universitário”.

Assim, o ensino superior no Brasil passa a ser constituído por instituições distintas em termos de qualidade e prestígio, objetivos, finalidades educativas, entre outros aspectos. Atualmente existem 257 instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e 2.141 privadas. Na iniciativa privada, a grande maioria compõe-se de instituições com fins lucrativos, de qualidade questionável, sendo a minoria composta por instituições comunitárias e confessionais, sem fins lucrativos. As IES se organizam como universidades (instituições complexas que se ocupam do ensino, extensão, pesquisa e pós-graduação, em geral envolvendo muitos setores do conhecimento, embora se admitam universidades especializadas em

determinada área), centros universitários (sem obrigação com a pesquisa) e faculdades. A expansão da criação de instituições de ensino superior com fins lucrativos, pós LDB pode ser visualizada a partir dos dados do INEP[11] que acenam através do Censo de Ensino Superior que em 1996 as IES privadas tiveram um total de 1.133.092 de matrículas e em 2008 registraram um total de 3.764.728 matriculados. Seguindo essa lógica, em 2007 as IES privadas tiveram 49,15% de matrículas a mais que as IES públicas. Do total de matriculados, 3.639.413 correspondem a iniciativa privada enquanto 1.240.968 ao ensino público.

O governo Lula legitima essa política através de ações afirmativas como a criação da Universidade Aberta do Brasil (educação a distancia), da implementação de programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) que como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) ampliam a isenção fiscal das instituições privadas brasileiras e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que condiciona sua concretização às possibilidades do Ministério da Educação quanto a distribuição orçamentária e de operacionalização.

2.3 A mercadorização do ensino superior: interfaces entre o público e o privado no contexto atual

O panorama em que se encontram as universidades públicas brasileiras advindo da implementação dos preceitos neoliberais, tem resultado na condução de ações descomprometidas com um projeto de desenvolvimento social e preocupadas em atender aos interesses do capital internacional.

Este cenário vem operando transformações substanciais nas universidades, emanando a atribuição de novas funções ao ensino superior vinculadas, em especial, ao desenvolvimento econômico e tecnológico. Esse processo desencadeia nas instituições universitárias a preocupação em adequar suas ações no âmbito do ensino e da investigação às demandas do mercado.

Chauí (2003) ao discorrer sobre esse processo de adaptação explica que as universidades passam da condição de instituição para a condição de organização[12]. No Brasil, esclarece que:

---

[11] Dados disponíveis em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf Acesso em 5 de novembro de 2010

[12] Instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao

> Numa primeira etapa, tornou-se universidade funcional (correspondente ao "milagre econômico", produzido pela ditadura dos anos 70); na segunda, universidade de resultados (correspondente ao processo conservador de abertura política dos anos 80); e na terceira, a atual, universidade operacional (correspondente ao neoliberalismo dos anos 90 e início do século XXI). Em outras palavras, a passagem da universidade de instituição a organização correspondeu às várias reformas do ensino superior destinadas a adequar a universidade ao mercado. (CHAUÍ, 2003, p.70)

A universidade ao incorporar nas suas funções as demandas mercadológicas, restringe sua autonomia aos moldes empresariais de gerenciamento de custos e rendimentos. Para otimizar tal ação, a autonomia passa a ser traduzida em flexibilidade para angariar recursos na iniciativa privada; em liberdade para terceirizar serviços reduzindo a estabilidade do funcionalismo público e a realização de concursos públicos; em adaptação dos currículos as necessidades econômicas e em segmentação do ensino e da pesquisa.

Ao analisar esses desdobramentos advindos dos ditames do mercado, Chauí (2003) adverte que esses também tem atribuído o entendimento de qualidade ao sinônimo de produtividade. Santos (2008), ao discorrer sobre a relação universidade e produtividade chama atenção para o fato de que, além de ter que enfrentar as pressões econômicas, a universidade perde o posto de principal produtora de investigação básica, que outrora era concebido como um trunfo agregador de benefícios e passou a ser visto como um problema oneroso. Em consequência dessa mudança de valoração da pesquisa básica, o autor assinala que:

> as empresas multinacionais transformadas em agentes econômicos privilegiados da nova ordem econômica internacional criaram seus próprios centros de investigação básica e aplicada e a excelência dos seus resultados pode rivalizar com os dos centros universitários; o próprio Estado criou centros de investigação não universitários dotados de maior flexibilidade e isentos dos "vícios da universidade", especializados em áreas de ponta (novos materiais, biotecnologia, inteligência artificial, robótica, energia) e disponível para articulação de diferentes tipos e graus com os centros universitários. Em terceiro lugar, o Estado procurou selecionar as universidades e os centros de investigação com maior capacidade de investigação e concentrar neles os recursos financeiros disponíveis (SANTOS, 2008, p. 201).

Em decorrência disso, a universidade pública passa a sofrer cortes orçamentais, se vê obrigada a buscar alternativas para obter financiamento e encontra na aproximação com o setor empresarial e na investigação cientifica de desenvolvimento tecnológico a possibilidade de arrecadar recursos externos para

---

contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares, aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais (CHAUÍ, 2003, p. 69)

financiar suas atividades. Esse movimento de aproximação com a iniciativa privada dá início ao caráter produtivista que a universidade assume.

Santos (2008, p.203) ao advertir sobre essa aproximação salienta que essa parceria apresenta interesses e concepções bem distintas entre as partes. Os grupos industriais concebem essa relação com a academia como um sinônimo de lucro e aumento da produção. Nessa perspectiva,

> Se as suas concepções se sobrepuserem às da comunidade científica, teremos, em vez da publicidade dos resultados, o secretismo em vez da discussão enriquecedora, o mutismo sobre tudo o que é verdadeiramente importante no trabalho em curso, em vez da livre circulação, as patentes. As investigações mais interessantes e os dados mais importantes serão mantidos em segredo para não destruir as vantagens competitivas da empresa financiadora e os resultados só serão revelados quando forem patenteáveis. Os sinais de uma tal "perversão" tem vindo a acumular-se e a perturbação que estão a causar em alguns setores da comunidade científica está já presente e, até com insistência, nos relatórios oficiais.

Atualmente, a corrida para atender as novas metas de produtividade, é legitimada pelas políticas governamentais brasileiras que corroboram implementando ações nessa lógica. Nessa direção, a Lei da Inovação Tecnológica, nº 10.973, aprovada em 2 de dezembro de 2004, é ilustração contundente do incentivo ao empreendedorismo na universidade. Essa lei cria facilidades para as empresas utilizarem os recursos (físicos, humanos e materiais) das universidades, possibilita ao professor o afastamento de suas atividades docentes e viabiliza o uso de recursos públicos em projetos de inovação desenvolvidos pela iniciativa privada.

Sguissardi (2009, p.305), recupera críticas feitas a essa lei, problematizando a distorção que a integração universidade- empresa pode efetuar na verdadeira função da universidade pública nos campos científicos e da inovação. Revela que as demandas empresariais, juntamente com o baixo investimento financeiro por parte do Estado que, se desdobra em precarização da infraestrutura e em defasagem salarial, "podem contribuir para a subordinação da agenda científica universitária às demandas do mundo empresarial, com sérias consequências para a autonomia e liberdade acadêmica".

Nessa perspectiva, além da pesquisa cientifica ficar a mercê do mercado, o ensino assume um caráter especialista e profissionalizante e a extensão resume-se a prestação de serviços restringindo significativamente as funções acadêmicas, distanciando-as de uma dimensão mais humana e social.

As novas atribuições conferidas às universidades compõem o mote da chamada sociedade do conhecimento. Peter e Olssen (2005) explicam, resumidamente, que a essa é fruto da "mudança dos sistemas científicos nacionais para as redes científicas globais , a capitalização do conhecimento e a integração do trabalho acadêmico na economia industrial". Essas mudanças, conforme elucidam os autores, "refletem o caráter evolutivo do capitalismo dentro de uma economia mundial mais integrada, sobretudo, o surgimento da educação como forma de capitalismo do conhecimento[13]" (p.64).

Ao explicar as implicações dessa tendência no âmbito acadêmico, Bernhein e Chauí (2008) advertem que essa tem representado uma subversão da autonomia em heteronomia e denotado um caráter de irrelevância à atividade universitária. No bojo dessa concepção,

> em lugar de prometer significativo progresso e desenvolvimento autônomo das universidades como instituições sociais, comprometidas com a vida das suas sociedades e articuladas a poderes diretos democráticos, a noção de sociedade do conhecimento sugere, ao contrário, tanto a heteronomia da universidade (quando ela produz conhecimento destinado a gerar mais informação para o capital financeiro, curvando-se às suas necessidades e à sua lógica), como a irrelevância da atividade universitária (quando a pesquisa é definida com autonomia pelas suas sociedades ou busca responder às suas necessidades sociais e políticas) (BERNHEIN e CHAUÍ, 2008, p. 8)

A introjeção do ideário da sociedade do conhecimento tem impactado, em grande medida, em aspectos concernentes ao trabalho docente e em uma pretensa hierarquia estabelecida entre as diferentes áreas do conhecimento. Nessa conjuntura, os professores das áreas de pesquisa vinculadas a projetos de desenvolvimento tecnológico conseguem obter mais recursos para seus estudos, os quais acabam se desdobrando no aumento de publicações, conquista de maior remuneração e prestígio perante os pares, alimentando uma competitividade desenfreada entre pesquisadores/docentes pela ampliação da produção acadêmica. Essa condição remete à "reconfiguração do trabalho docente convertendo o professor num empreendedor/prestador de serviços remunerados conforme suas iniciativas e criações desde que estas sejam úteis aos investidores" (GUILHERMETTI e PADILHA, 2008, p.4).

Ao estarem imersos neste contexto de competitividade e superprodução acadêmica, ao estarem à mercê dos ditames empresariais, os docentes, conforme

[13] Tradução nossa.

sinalizam Guilhermetti e Padilha (2008), correm o risco de ter comprometida a sua capacidade de compreensão da realidade, de crítica e enfrentamento da lógica vigente. Nessa direção, Peter e Olssen (2005), ratificam tais colocações explicando, infalivelmente, a ênfase na produção do conhecimento útil, gera uma desqualificação do trabalho acadêmico prejudicando a autoridade dos profissionais em todas as áreas de trabalho.

Outra consequência das proposições da sociedade do conhecimento diz respeito ao declínio das Ciências Sociais e Humanas na esfera acadêmica. Decorrente dos parâmetros uniformizantes entre as diversas áreas de conhecimento que possuem distintas tradições de produção científica e diferentes funções sociais, as humanidades foram a primeira área a ser desafiada a enfrentar as regras desse jogo, principalmente, no que tange à redução orçamentária. Peter e Olssen (2005), recorrendo a estudos realizados no Reino Unido sobre o financiamento de pesquisas, revelam que a orientação do Ministério da Educação é de que “el estado solo debe pagar la educación superior que demuestre uma utilidad evidente em lo que respecta a um papel social y económico”. Atribuem a advertência as Humanidades visto que a área não gera produtos palpáveis em curto período de tempo. Chauí (2001, p.108), referindo-se ao contexto latino-americano, explica essa situação esclarecendo que as “humanidades foram definidas como peso morto nas universidades, como lugar de letargia e desperdício, visto que não há como propor essa sua perfeita adequação ao mercado de trabalho nem sua inserção direta nas forças produtivas”.

Neste cenário de prevalência das demandas capitalistas, em que as universidades públicas são cada vez mais impelidas a se adaptarem a lógica neoliberal, o papel da universidade passa a ser distorcido. A adequação das atividades acadêmicas aos interesses da iniciativa privada nos remete a questionar como vem se configurando a função social das IES públicas.

2.4 Função Social da Universidade: o embate em reafirmar princípios e atribuição de novos papéis

A discussão acerca da função social da universidade é bastante ampla e polêmica. Apesar de sempre terem suas finalidades atribuídas aos interesses das classes dominantes e aos segmentos detentores do poder (igreja, Estado, mercado)

nas sociedades em que estavam inseridas, as universidades mesmo não apresentando uma concepção unânime de suas características e funções, conseguiu conquistar certa “identidade universal” no decorrer da história. (DIAS SOBRINHO 2004, p. 705).

Até meados da década de 1970, sob vigência do idealismo alemão “a eterna missão da universidade era definida como o lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria”, exaltando a verdade, a investigação e a ciência como seus grandes objetivos. (JASPERS, 1923 *apud* SANTOS, 2008 p. 188).

Com a emergência dos processos de globalização, transformam-se radicalmente as relações políticas, enfraquecem os Estados nação, fragilizam-se os valores sociais e passam a imperar as relações econômicas em praticamente, todos os segmentos da sociedade, inclusive no âmbito universitário.

Nesse contexto, as universidades passam a sofrer pressões de movimentos sociais no mundo inteiro que reivindicavam, dentre outros fatores, a incorporação da extensão universitária como uma de suas funções. Assim, “mesmo ao nível mais abstrato, a formulação dos objetivos manteve uma continuidade considerada notável. Os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços” (SANTOS, 2008, p.188).

No Brasil, a exigência pelo envolvimento da universidade com as questões sociais repercutiu na implantação de atividade de extensão calcadas no modelo extensionista americano. Esse se caracterizava por estabelecer uma relação unilateral com a comunidade, transmitindo conhecimentos técnicos principalmente na zona rural.

Diante dessa prática, Paulo Freire problematiza o entendimento de extensão adotado pelas instituições públicas na obra “Extensão ou Comunicação”, tecendo críticas a forma como essa acontecia. Defende que a extensão, ao constituir-se como um elemento de interação entre universidade e comunidade, não deve assumir um caráter transmissor e assistencialista e sim traduzir-se em um processo de comunicação em que seja garantida a troca entre as partes envolvidas. Compreende que o extensionista deve ver o sujeito envolvido na ação tão agente no processo de transformação do meio quanto ele próprio (FREIRE, 1975).

Nos anos 80, com o fim da ditadura e a efervescência dos movimentos sociais, novamente se discute a função social das universidades. Mazzili e Maciel (2010, p.4), ao pesquisar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, destacam que esse princípio foi formulado no Fórum da Educação na Constituinte de 1987, em que o ANDES juntamente com outras entidades sociais discutiram tal questão. Esse preceito foi elaborado primando a "idéia de uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e socialmente relevante".

A inclusão desse princípio no artigo 207 da Constituição Federal, resultante de amplo debate e mobilização dos movimentos sociais vinculados a educação e a sociedade civil, gerou muita polêmica, resistência e tentativa de remoção daqueles que tiveram seus interesses políticos e econômicos violados.

Mesmo diante de inúmeras dificuldades, das pressões sofridas para adesão aos interesses do capital, o ANDES luta para que se mantenha o entendimento de que:

> O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade (ANDES, 2003, p.30)

Apesar das tentativas sem sucesso de extrair o princípio da indissociabilidade da Constituição Federal, esse ficou amplamente fragilizado a partir da instituição da LDB 9.394/96. Através de decretos complementares dentre os quais destacam-se o decreto n. 2.306/97[14], referente a diferenciação das IES (universidade, centro universitário, faculdade, faculdade integrada, institutos superiores ou escolas superiores), e o decreto 3860/01[15] que atribui como características das universidades a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, "ficaram liberadas da obediência a esse principio, nada menos que 1.024 IES sobre um total de 1.180 IES, em 2000, sendo apenas as universidades a ele obrigadas" (SGUISSARDI, 2009, p. 152).

[14] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN2306.pdf Acesso em 20 de nov. de 2010

[15] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf Acesso em 20 de nov. de 2010

Saviani (2007, p. 18) denuncia ainda que, esse decreto sela o desmantelamento do princípio da indissociabilidade preconizado pela Constituição Federal de 1988, afirmando que, dessa forma, as demais IES não passarão de “uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa”, representando apenas uma estratégia para burlar o que foi instituído pela Constituição Federal.

Nessa conjuntura Sguissardi (2009, p. 302) afirma que:

> Um modelo neoprofissional ou neonapoleônico tem caracterizado o perfil da maioria de nossas instituições de educação superior, que também poderiam ser classificadas como *universidades de ensino, escolas profissionais*, numa proporção a cada dia maior no confronto com as de perfil neo-humboldtiano ou *universidade de pesquisa*. Ao par disso e como caracterização complementar de ambos os perfis (...), se tornam a cada dia mais presentes os traços de uma universidade que, sem ter sido de fato autônoma, no caso do Brasil, a não ser com raras exceções conhecidas, se revela mais e mais *heterônoma e competitiva*.

A emergência desse novo modelo de universidade vem alavancado pelo estabelecimento da ciência e da inovação tecnológica como sinônimo de eficácia e parâmetro de competitividade. Essa nova configuração gera a necessidade de definir novas finalidades, deixando as universidades cada vez mais “coagidas a transitarem de um referencial mais acadêmico, em que a educação superior é vista como bem público e direito social, para um referencial economicista, baseado numa visão que acentua o pragmatismo, a competição e a privatização” (FERREIRA, 2010, p.2).

A que se considerar, no entanto, que essa mudança de função social não acontece repentinamente,

> A transformação da educação superior numa mercadoria educacional é um objetivo de longo prazo e esse horizonte é essencial para compreender a intensificação da transnacionalização desse mercado atualmente em curso. Desde 2000, a transnacionalização neoliberal da universidade ocorre sob a égide da Organização Mundial do Comércio no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). A educação é um dos doze serviços abrangidos por este acordo e o objetivo deste é promover a liberalização do comércio de serviços através da eliminação, progressiva e sistemática, das barreiras comerciais. O GATS transformou-se em pouco tempo num dos temas mais polêmicos da educação superior, envolvendo políticos, universitários e empresários. (SANTOS, 2010 p. 33)

A instituição de novos papéis para as universidades é, em parte, saldo do processo de transnacionalização do mercado universitário que vê o sistema educacional como uma incubadora de novos serviços; que aposta na exacerbação do capital humano como condição de aumento da eficácia e da empregabilidade;

que entende a universidade como prestadora de serviço a sociedade da informação e a economia do conhecimento; que estimula a flexibilidade e adaptabilidade às expectativas dos empregadores e a substituição do paradigma institucional pelo paradigma empresarial. Essas premissas, que constituem a proposta de reforma educacional do Banco Mundial, seriam viabilizadas pelo o que o GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços) chama de “modos de oferta transnacional de serviços universitários mercantis: oferta transfronteiriça; consumo no estrangeiro; presença comercial; presença de pessoas” (SANTOS, 2010, p. 34).

As políticas educacionais adotadas pela União Européia tem evidenciado medidas para a concretização dessas ideias revelando-se um autêntico *lócus* supranacional, em especial, no que tange o âmbito universitário. Vislumbrando a constituição de um espaço europeu de educação superior capaz de competir com o sistema de ensino norte americano, institui um processo político de reformas institucionais denominado Processo de Bolonha.

A Declaração de Bolonha, assinada em 1999, assume como meta para a década seguinte consolidar “um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros”. A edificação do sistema europeu de educação superior é considerada “a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos” e para a “obtenção de maior compatibilidade e de maior comparabilidade”. (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999 *apud*, LIMA e AZEVEDO e CATANI, 2008).

A Declaração estabeleceu como meta implantar o Espaço Europeu de Educação Superior em dez anos nos 27 países da União Européia e em mais outras 19 nações da Europa. Na assinatura do documento em 1999, assumiram o compromisso 29 países aumentando para 33 em 2001 na Conferência de Praga, passando a 40 na Conferência de Berlim em 2003 e chegando a 45 na Conferência de Berger em 2005 (CATANI, 2010, p.1).

Com a preocupação em responder com eficácia os desafios da globalização, o processo de Bolonha pressupõe uma forte integração das IES para constituir um sistema de educação superior altamente competitivo interna e externamente, que estabeleça o cumprimento dos mesmos princípios e regras de funcionamento a todos. A uniformização tem o intuito de incidir na promoção de uma formação que permita maior mobilidade da força de trabalho, oferecendo vantagens para o setor

privado na regulação desse mercado, e tornando “mais fácil a adaptação laboral de trabalhadores oriundos de regiões distintas da Europa” (CATANI, 2010, p. 3).

A concepção do Espaço Europeu de Ensino Superior, guiada pela lógica de construção de uma sociedade européia do conhecimento na disputa pelo espaço hegemônico na economia mundial, requer a definição de novas funções sociais para as IES. As universidades, transformadas em mercadoria rentável, são conclamadas a sustentar as políticas de desenvolvimento, empregabilidade e solidificação da União Européia, tornando-se um meio de inclusão social e de formação de capital humano[16] (FERREIRA, 2010).

No Brasil, ações concernentes ao ensino superior tem evidenciado grande aproximação com os princípios da Declaração de Bolonha ao evidenciar preocupação em expandir as relações internacionais no âmbito universitário e enfatizar o ensino superior como estratégia de desenvolvimento.

Na tentativa de conquistar a liderança no campo universitário perante os países sul-americanos e africanos e com o intuito de fomentar a integração regional e a sua internacionalização o Brasil centra suas forças na criação novas universidades que comprovam essa estratégia. As universidades criadas, até então, foram: UNILA (Universidade Federal da América Latina), UNILAB (Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira), UFFS (Universidade Federal da Fronteira do Sul), UNIAM (Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental) (FERREIRA, 2010).

A autora salienta ainda que tanto no governo FHC quanto no governo de Luis Inácio Lula da Silva o ensino superior ocupou lugar estratégico no desenvolvimento da região em que as IES estão inseridas e consequentemente, da nação. Para atender tal propósito, FHC fomentou a expansão da iniciativa privada e o aumento

[16] Teoria elaborada por Theodor Schultz , considera que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a idéia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a idéia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (das teorias econômicas neoclássicas). Verbete disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teoria_%20do_capital_humano.htm Acesso em 28 de dez. de 2010.

da competitividade entre as IES mediante o processo de avaliação, enquanto Lula concretizou essa meta através da criação de novas universidades; difusão da EAD pela criação da Universidade Aberta do Brasil; implementação do Programa Universidade para Todos e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni (FERREIRA, 2010).

As proposições recentes ao ensino superior apresentam inspirações no Processo de Bolonha e no modelo norte americano de ensino superior. Através da aprovação do Projeto de Lei 7200/2006 (Lei de Reforma da Educação Superior), é proposta a organização do ensino de graduação em módulos ou ciclos. Essa proposição advém de um novo modelo institucional que vem emergindo no Brasil, denominado Universidade Nova. A proposta implica uma transformação radical da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, fundamentada tanto no Modelo Norte-Americano (de origem flexneriana) quanto no Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha) pretende tornar-se compatível a esses "modelos sem, no entanto, significar submissão a qualquer um desses regimes de educação universitária". (ALMEIDA FILHO, 2008 p. 232)

Para a implantação de tal regime, a estrutura curricular das IES deve se organizar em três ciclos: a) Primeiro Ciclo: Bacharelado Interdisciplinar (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes; b) Segundo Ciclo: Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas; c) Terceiro Ciclo: Formação acadêmica científica, artística e profissional da pós-graduação (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 200).

A proposição do modelo da Universidade Nova, ao centralizar a proposta na nova arquitetura curricular para as universidades públicas, "gerou um conjunto de críticas de reitores e demais administradores das universidades federais que reivindicavam financiamento público para a realização das metas de expansão e reestruturação destas instituições" (LIMA, 2009, p.4).

Então, na busca de viabilizar a proposta, é lançado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. As prerrogativas apresentadas pelo Programa REUNI, refletem em grande medida a proposta original da Universidade Nova, que por sua vez, aproxima-se das proposições da Declaração de Bolonha. O programa estabelece como diretrizes a serem cumpridas em cinco anos o aumento do número de alunos para cada

professor; redução da evasão e aumento das taxas de conclusão; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura curricular, diversificação das modalidades de educação.

Para Lima (2009, p.4) o Programa REUNI é uma face do Projeto Universidade Nova a medida que apresenta as mesmas argumentações. Assim, a autora enuncia que “o Programa REUNI é o UniNova com (pouco) financiamento público condicionado ao estabelecimento de metas expressas em um contrato de gestão”.

Nessa conjuntura, os incentivos e apoios são advindos do cumprimento de metas estabelecidas, supervisionado por sistemas de avaliação existentes como o SINAES e a CAPES. Esses, ao denotarem caráter regulador e meritocrático, contribuem para o *rankiamento* entre as universidades incitando a competitividade entre as IFES.

O REUNI, apesar de aparentemente representar uma iniciativa exclusivamente benéfica ao passo que aumentou significativamente o acesso ao ensino superior, está gerando efeitos devastadores nas universidades públicas. Consideradas historicamente centros de excelência, as IES públicas põem em xeque essa tradição ao aderirem essa proposta, que entre outras conseqüências, tem intensificado a precarização da formação profissional e do trabalho docente.

Sob a incumbência de expandir, as IES tem aumentado o número de alunos por turma, criado cursos de curta duração, representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa e da extensão. Por conseguinte, os professores tem mais horas/aula atendem mais alunos em sala de aula e diminuem seu tempo de dedicação as atividades de pesquisa e de extensão.

Para agravar a situação, Lima (2009, p. 4) denuncia que a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no “banco de professores-equivalentes”, em que para cada docente é atribuído um peso diferenciado conforme seu regime de trabalho. Nessa lógica, as ações governamentais incitam as universidades federais a contratar professores em regime de trabalho de 20 horas para o trabalho em sala de aula, “esvaziando o sentido do regime de trabalho em dedicação exclusiva, base de realização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Princípio, esse que já vinha evidenciando desmantelamento nas universidades públicas, desde a disseminação do entendimento de ensino gratuito restrito à graduação e à pós graduação *stricto*

sensu[17], possibilitando a oferta legal de cursos de extensão e pós graduação *lato sensu* pagos, os quais se convertem oficialmente em fonte de arrecadação de recursos.

Neste contexto, legalmente torna-se ainda mais tênue a distinção entre público e privado ao se expandir a oferta de cursos de pós-graduação, de extensão e serviços prestados a comunidade pagos, desvirtuando o entendimento de extensão como meio de socializar conhecimentos e ações das universidades públicas com a comunidade.

O desenvolvimento da extensão, que outrora fora o cerne da relação entre universidade e comunidade deve ser amplamente debatido a medida que vem sofrendo paulatinamente a desfiguração do seu papel enquanto principal forma de interação com a sociedade.

2.5. Relação Universidade e Comunidade: impasses e desafios na sociedade atual

A relação entre universidade e sociedade, atualmente, configura uma discussão bastante complexa, e apesar de estar a bastante tempo em pauta, ainda não está bem resolvida. Um espaço, que se constitui um importante lócus de problematização e elaboração de apontamentos acerca dessas, é o Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

O Fórum, figura como um dos principais protagonistas da elaboração do Plano Nacional de Extensão[18], o qual aponta a extensão universitária como sendo capaz de articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável e de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade. O entendimento de extensão elaborado em 1987 no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, legitimado pelo Plano Nacional acena ainda, que:

> A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá

[17] Proposta do PL nº 7200/2006 enviado ao Congresso Nacional, apensado no PL nº4214/04 e no PL nº 4221/04, disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/prop_detalhe.asp?id=327390. Acesso em 20/12/2010

[18] Disponível em http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf. Acesso em 18/12/2010.

> como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Assim, ao acenar a extensão como expoente do compromisso social da universidade com a promoção e garantia da democratização do acesso ao conhecimento e do desenvolvimento social, o plano a compreende como um exercício acadêmico em prol da relação entre ensino e pesquisa com as demandas sociais.

Esse entendimento, todavia, não é compartilhado na sua totalidade pelos docentes das IES, conforme acena Maria das Graças Martins da Silva (ANPED, 2000) em sua dissertação de mestrado intitulada: Extensão a face social da Universidade? A pesquisadora investigou o entendimento de professores efetivos da universidade e que tinham projetos de extensão, dos dirigentes de ensino, pesquisa e extensão (respectivos pró-reitores e coordenador de extensão) e de representantes da comunidade onde ocorreram atividades de extensão da UFMT, sobre “Qual a concepção de extensão predominante, entre os pesquisados? Que conseqüências podem ter para a universidade as concepções manifestadas?”; “O entendimento de extensão manifestado corresponde às aspirações da comunidade?”

A autora concluiu que a maioria considera que a *prática* de extensão se realiza numa perspectiva funcionalista, ou seja, suas ações são pontuais, sem continuidade, de iniciativa pessoal do docente, sem vínculo com ensino e pesquisa. Consideram também que os efeitos do trabalho de extensão são irrelevantes para a universidade. Revela que a indissociabilidade entre as funções de ensino, pesquisa e extensão representa um ideal para os docentes, mas nem todos acreditam que seja possível acontecer de fato. Os entrevistados argumentaram que existe na universidade um pensamento dominante fragmentado em relação às funções universitárias, denotando a fragmentação como uma característica acentuada no modo de pensar e agir na instituição.

Contrariando essa perspectiva, Chaves e Sánchez Gamboa (2008, p. 145) relatam uma experiência realizada na Universidade Federal de Alagoas, sustentada na problematização da realidade onde se inserem as práticas de extensão e as

práticas pedagógicas e sociais, através da investigação. A iniciativa remonta um "processo coletivo de elaboração de conhecimentos suscitados no cotidiano escolar de aulas de Estudos do Lazer e Recreação tendo como campo de atuação as áreas de extensão".

Como expoente da experiência preconizada pela LEPEL/UFAL[19] destacam-se: vivências no âmbito de lazer/lazer em instituições públicas; Festival Lúdico Cultural; Projeto de Extensão Santa Lúcia: ações, saúde coletiva comunitária; Educação Física interferindo no processo de transformação social na comunidade através do desporto, recreação/lazer; Lazer Especial; O turismo e o lazer unidos para uma integração social;. Recreação, Lazer e Cultura no R.U. como forma de transformação; O teatro como forma de educação e integração entre o núcleo de apicultura do Instituto Xingó, a comunidade e o turismo; Problemáticas significativas da profissionalização precoce do estudante em formação inicial no curso de Educação Física da UFAL.

A partir de tal proposição, os autores reiteram a compreensão da extensão como "processos educativos, culturais e científicos que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade". Argumentam que a relação de troca entre saberes sistematizado, acadêmicos e popular, possibilitam "a produção de um conhecimento sobre a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade". (CHAVEZ E SANCHEZ GAMBOA, 2008, p. 145)

Tal relato evidencia a possibilidade de resgatar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em contraposição ao modelo institucional que vem se instaurando nas IES. Nessa perspectiva, os autores acenam a necessidade de "recuperar as interrelações entre a organização do processo de trabalho pedagógico, a formação profissional, a organização social do trabalho e as tendências transformadoras da sociedade".

Para o enfrentamento da lógica atual, a que se considerar que é a universidade que constrói sua identidade gerando um conhecimento exaustivo da problemática da sociedade onde atua. Assim, uma universidade contra hegemônica deve se organizar em:

[19] Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física & Esporte e Lazer (LEPEL) da Universidade Federal de Alagoas – UFAL

> grupos de pesquisa dedicados a sistematizarem informações e gerarem massa crítica sobre a problemática da sociedade onde atuam, na medida em que suas investigações tomam como base as questões mais prementes a comunidade, interrogam criticamente o atual estado de coisas, refletem e polemizam sobre os variados aspectos da vida e da dinâmica histórica dessa sociedade. O eixo aglutinador dos grupos ou núcleos de pesquisa são os problemas comuns que exige a leitura interdisciplinar e ação competente dos pesquisadores. (CHAVEZ E SANCHEZ GAMBOA 2008, p. 153)

As considerações acima apresentadas nos permitem refletir sobre a necessidade de superar as percepções inapropriadas da extensão e da função da universidade na sociedade neoliberal. Na conjuntura social atual, é imperativo que se reafirme a universidade em seu caráter público, gratuito e de qualidade comprometido com a superação das injustiças sociais.

Nessa direção, urge a necessidade de construir um projeto de universidade socialmente referenciada, engajada em fortalecer seus laços com a comunidade. Recobrar os preceitos que sustentam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão significa, sobretudo, assegurar um vínculo estreito entre teoria e prática social na busca pela interpretação da realidade, pela redefinição do papel das instituições públicas e promoção da emancipação humana.

Partindo do entendimento que as determinações decorrentes das leis gerais que regem o modo de produção capitalista não incidem de forma direta sobre a totalidade social e sim vão se conjecturando a partir de mediações, procuramos nos itens anteriores deste capítulo esclarecer como essas vêm se desenrolando no âmbito universitário e lhe conferindo uma nova configuração. O novo papel que a universidade assume, põe em xeque a sua concepção enquanto espaço de produção, apropriação crítica e disseminação do conhecimento e bens culturais historicamente construídos.

Nessa direção, no capítulo seguinte buscamos problematizar o papel da universidade na democratização do acesso e usufruto dos bens culturais, especialmente, concernentes as manifestações de esporte e lazer.

3. LAZER NA SOCIEDADE CAPITALISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

O atual contexto social, regido essencialmente pelas relações capitalistas que sustentam sua lógica nas diferenças de classe, evidencia em seu bojo desigualdades sociais exorbitantes no domínio econômico, político, ideológico e cultural. Embora tenhamos ciência da indissociável relação que essas esferas possuem entre si, neste trabalho, direcionamos o foco as disparidades concernentes ao acesso e apropriação dos bens culturais produzidos pela humanidade.

Compreendendo a universidade como instituição que tem entre suas responsabilidades a função de socializar o conhecimento historicamente acumulado e refletir sobre os significados sociais que emergem de questões decorrentes da realidade social, buscamos tecer aproximações entre o papel da universidade pública e o direito do cidadão ao acesso e usufruto das manifestações de esporte e lazer.

3.1 Trabalho, tempo livre e lazer: elucidando as interrelações

Fruto da reorganização temporal pós- revolução industrial, o tempo livre e o lazer são fenômenos sociais da modernidade, surgidos a partir do desenvolvimento da urbanização e do advento da sociedade capitalista. Essa organização, intimamente atrelada aos modos de produção que substituem o trabalho campesino regulado pelos ciclos naturais pelo trabalho fabril de regulamento rígido e mecanizado, evidencia a indissociável relação entre tempo de trabalho, tempo livre e lazer.

Estas categorias encontram-se intimamente imbricadas à medida que o tempo livre é proveniente das relações produtivas, da organização da jornada de trabalho e figura como extensão e elemento condicionado a lógica de produção do capital (MARCASSA, 2002, p.92). Assim, a autora explica que a nova forma de produção acaba:

> Rompendo com a antiga lógica de continuidade do tempo social, pois a ele são impostas medidas de controle que selecionam as atividades desenvolvidas em cada contagem de tempo. Durante o trabalho, as atividades foram hierarquizadas em tarefas, setores, escalas e turnos de produção. Durante o tempo livre, a educação, o descanso e a diversão foram bem definidos e delineados, tendo em vista a necessária reposição e preparação da força de trabalho para o retorno à produção. Dessa forma, parece que o tempo livre – como um tempo oposto ao trabalho – é decorrente das transformações pelas quais passou as sociedades modernas e que o lazer é um fenômeno que só pode ser compreendido quando situado – no âmbito do tempo livre – como expressão desse mesmo movimento. (MARCASSA, 2002, p. 20)

O lazer, conforme elucida Padilha (2000, p.55) deve ter seu entendimento associado a duas variáveis imprescindíveis, sendo uma delas o tempo e a outra a atitude. No que concerne a atitude, o lazer é associado a um estilo de vida e à relação que o sujeito estabelece com experiências satisfatórias. No que tange ao tempo, o lazer é concebido como tempo livre, de liberação do trabalho, das obrigações diárias de forma geral. A dinâmica dessas variáveis, entretanto, é subordinada e benévola aos desdobramentos dos moldes capitalistas, evidenciando a inevitável interligação entre trabalho, tempo livre e lazer.

Em “O Direito à Preguiça”, Paul Lafargue (1999), ao tecer críticas a organização do trabalho que se institui na era da revolução industrial, faz coro as críticas de Marx à opressão e a exploração a que os trabalhadores estavam sendo submetidos no processo de industrialização. Apontando os interesses da lógica capitalista que se instalavam estabelecendo configurações avassaladoras a vida dos trabalhadores, no referido manifesto, Lafargue (1999) inaugura a reivindicação do direito ao lazer para os trabalhadores.

Preocupado em denunciar o caráter dogmático que foi atribuído ao trabalho na sociedade burguesa, na qual o trabalhador tinha sua força de trabalho expropriada, tornando-o mais pobre e seus patrões mais ricos, Lafargue vislumbra no lazer (referido no texto como preguiça) a possibilidade de conquista da liberdade, de questionamento e rompimento da opressão e alienação incutidas no exaustivo tempo de trabalho.

Para o autor, a preguiça configura-se na vida fora do tempo de trabalho, no usufruto de uma vida que contemple o convívio familiar, boas condições de vida, descanso, tempo para pensar e fruir da cultura, das ciências e das artes. A garantia desses aspectos promoveria o desenvolvimento dos conhecimentos, da capacidade

de refletir sobre as condições de vida do trabalhador e impulsionaria a mobilização e reivindicação por novas condições de trabalho, garantia de direitos sociais e construção de uma nova sociedade.

Os preceitos embandeirados por Lafargue (1999), a partir das mobilizações e lutas historicamente realizadas pela classe trabalhadora, se desdobraram em reconhecimento e acesso a direitos sociais, todavia, não alteraram as relações de trabalho e o estado de dominação e exploração do trabalhador. Dessa forma, a conquista do tempo livre e de outros direitos trabalhistas, materializados na forma da limitação da jornada de trabalho, das férias e fins de semana remunerados constituem, ainda hoje, os períodos de tempo institucionalizados para os descansos, passatempos e diversões (GOMES, 2004).

Seguindo essa lógica, em um dado momento, compreendido apenas como uma fração de tempo situada no âmbito do chamado tempo livre, o lazer era entendido como uma dimensão contrária ao trabalho. Apesar da evidente indissociabilidade entre tempo de trabalho e lazer, na sociedade capitalista veicula-se a ideia de dissociação entre esses.

Esse conceito é difundido com o intuito de velar a relação íntima existente entre essas dimensões e manter a ordem social vigente. Esse entendimento atribui ao lazer um caráter funcionalista, uma forma de compensação das obrigações e atribulações diárias e manutenção do equilíbrio do sistema de produção responsável pelo progresso da sociedade (PADILHA, 2006, p.12).

Ao tecer críticas a essa perspectiva, Marcellino (2000, p. 37) explica que o lazer funcionalista pode se desdobrar em diferentes abordagens: a) *romântica*- marcada pela ênfase nos valores da sociedade tradicional e pela nostalgia do passado; *moralista*- que denota juízo de valor as diferentes manifestações, preza a tranquilidade e recomenda afastamento das práticas perniciosas; *utilitarista*- recuperação das forças desprendidas ao trabalho; *compensatória*- o lazer compensaria a insatisfação e alienação do trabalho.

Acenando a limitação de tais concepções, o autor entende o “lazer como a cultura compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”, tendo como seu caráter definidor o aspecto desinteressado da vivência. Vislumbrando, especialmente, a satisfação pela situação, atribui à

disponibilidade de tempo a possibilidade de optar entre uma atividade prática ou contemplativa. (MARCELLINO, 2000, p.31).

Apesar de discordar do entendimento de lazer apresentado por Marcellino (2000), Mascarenhas (2006, p.110) também defende a necessidade de contrapor e superar a visão funcionalista desse. Dessa forma, o autor contribui para o debate afirmando que o lazer é “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações hegemônicas”.

Compartilhando as ideias desse autor, Marcassa (2003, p. 06), acena que o lazer tem a capacidade de criar códigos e funções que desvendam a realidade e ao mesmo tempo a constituem, tanto na perspectiva da conservação, quanto da sua transformação. Nessa direção, compreende – o como:

> uma instituição que envolve um conjunto de práticas cujas normas e características internas lhe conferem um estatuto próprio de funcionamento, atribuindo-lhe qualidades que assumem um caráter indissociável da sua própria experiência e compreensão. Nessa perspectiva, o lazer agrega, num mesmo tempo e espaço, a realização de inúmeras práticas corporais e lúdicas, diferentes formas de divertimento e descontração consideradas lícitas, mas que têm um caráter espontâneo, por que partem dos desejos, ainda que induzidos, dos indivíduos e grupos, e um arranjo planejado frente à vida cotidiana moderna e racionalizada, abarcando inúmeras experiências de contato e recriação do universo cultural que acontecem em locais determinados e que promovem valores, saberes e significados articulados às possibilidades e condições postas às diferentes classes sociais. (MARCASSA, 2003, p.06)

Assim, conforme as colocações da autora, a esfera do lazer, apesar de emergir da espontaneidade, do desejo, está fortemente condicionado as condições sócio econômicas dos sujeitos. O acesso a espaços/tempo de vivências corporais e de diversão são determinados em grande medida pelas condições de trabalho das pessoas ou pela falta desse.

O caráter submisso do lazer aos interesses do capital tem aderido historicamente, configurações e conteúdos distintos. Deste modo, por diferentes maneiras, o caráter contraditório das relações sociais capitalistas pode ser explicitado no âmbito das relações entre sociedade, seu modo de produção e o lazer.

Ao escrever “Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito”, Valquiria Padilha (2000, p.98) acena que o tempo de não- trabalho não se converte diretamente num

momento de plenitude e autêntica individualidade. Adverte que “trabalho e lazer não podem ser isolados um do outro especialmente em sua influência sobre as atitudes sociais do indivíduo”. Aportando- se em Bottomore (1968, p.106), a autora explica “que alguém que vivencia constantemente a subordinação e exaustivas horas de trabalho, dificilmente será capaz de manifestar liberdade e criatividade, durante seu tempo livre.

Assim, compreende que a vivência plena do tempo livre, calcada no exercício da liberdade, da criatividade, da realização na atribuição de sentido a vida e conquista da felicidade, está para além da ampliação desse, a medida que o capital consegue manipulá-lo ao seu bel prazer, transformando-o em desemprego, ou preenchendo-o com o consumo de mercadorias e entretenimento (PADILHA, 2000, p. 105).

Nessa perspectiva, corroborando com o entendimento da impossibilidade de haver um tempo essencialmente livre, na lógica da sociedade capitalista, Amaral (2006, p.170), conclama a reflexão *das* e *acerca das* “políticas públicas de lazer com o intuito de questionar os modelos pautados no controle, no assistencialismo e no consumo”. Acena a necessidade de pensar um tempo em que a população possa usufruir atividades que lhe ajudem a desenvolver a criticidade, um gosto estético, e senso ético que supere os padrões estereotipados e veiculados pela sociedade do consumo.

3.2 Políticas Públicas: Aproximações conceituais

O desafio de tematizar políticas públicas como objeto de estudo perpassa, como advertem diversos estudiosos do assunto, a difícil tarefa de estabelecer definições para o termo política. Com a proposição de realizar esse exercício procuramos elucidar algumas considerações importantes acerca desse vocábulo.

A compreensão do termo política remonta a necessidade de elucidação das três dimensões que estão implicadas nessa palavra. Essa abarca ao mesmo tempo a esfera da política *(polity),* a atividade política *(politics)* e a ação pública *(policies).* A esfera política, como destaca Muller e Surel (2002) faz uma distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, possibilitando que o limite entre esses dois esteja sempre em movimento, podendo variar conforme o contexto e o período histórico. A atividade política, todavia, refere-se a atividade em geral. Envolve desde

a competição pela obtenção dos cargos políticos, o debate partidário até as diversas formas de mobilização. A terceira definição, enfim, designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos.

Ao centrarmos as atenções na perspectiva da política enquanto uma ação pública é possível acenar, como referenda Veronez (2005, p.69), que as políticas públicas podem ser

> "entendidas como uma intervenção do Estado no âmbito das relações sociais por meio de ações implementadas diretamente pelo governo ou por um conjunto de instituições estatais, sob a justificativa de, por um lado, atender a demandas, necessidades ou interesses heterogêneos não raramente contraditórios e presentes na sociedade e, por outro manter as condições de estabilidade adequadas a fim de garantir a produção e a reprodução social."

Essas determinações, que podem ser concretizadas em ações direcionadas que garantam direitos sociais relativos a um setor específico (educação, assistência, saúde, cultura, esporte e lazer) e que comumente são denominadas de sociais ao visarem a proteção do trabalhador e a assistência social, com algumas variações, figuram, como assinala o autor, referência na realização de diversos estudos.

Veronez (2005, p. 70), destaca ainda, que esse entendimento de política pública remonta as ideias fundadoras sobre o papel Estado no século XVIII, que apregoavam esse como um provedor do bem comum, vislumbrando "uma sociedade civil como esfera diferenciada e, por vezes, contraposta à sociedade política ou ao Estado".

Dessa forma, ao se consolidar e aprofundar suas contradições, o Estado liberal, propaga a ideia de que para cumprir sua função precisa, em determinadas situações, intervir com sua autoridade na sociedade. Essas intervenções se justificariam pela necessidade de "evitar e/ou superar crises, mediando o conflito estabelecido entre diferentes interesses (tendendo sempre à garantia da manutenção dos interesses gerais do capital) e, assim, criar as condições para promover o desenvolvimento econômico e social" (VERONEZ, 2005, p. 70).

Atualmente, as lacunas existentes no rol das políticas sociais são, em grande medida, oriundas das políticas neoliberais que, entre outras diretrizes, preconizam o descomprometimento do Estado com as questões sociais, fomentam a minimização da participação estatal na economia do país e no mercado de trabalho e acenam

para uma economia alicerçada nas empresas privadas e nos princípios do capitalismo.

Nesta direção, no entendimento de Manhães (2002) no trato de políticas públicas, seja de qual for a natureza, é preciso levar em conta as estruturas de poder e dominação existentes bem como os conflitos que permeiam o contexto social e convergem no Estado, tendo em vista que, estabelecer políticas públicas é sempre eleger prioridades.

Ao discorrer sobre o desenvolvimento de políticas setoriais para a garantia dos direitos sociais, Linhales (1998, p.72) afirma que:

> o conteúdo de uma política social, bem como as possibilidades para a sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado, que em outros termos significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão sustentação. Estes por sua vez, interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população, e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos.

Assim, a escolha de uma dada política pública diz respeito necessariamente à concepção da relação Estado/ Sociedade presente em toda a política pública, como forma de intervenção na realidade. Essas são condicionadas por interesses e expectativas de diferentes grupos sociais sendo seu processo de deliberação caracterizado por transações, pressões e confrontos acirrados.

Nessa direção, no entendimento de Muller e Surel (2002) toda política pública é constituída por um conjunto de medidas concretas que constituem o conteúdo visível da política. São compostas por um conjunto diversificado de ações que envolvem um número significativo de atores advindos de diferentes organizações, públicas ou privadas, que intervêm em diferentes níveis. Essas características podem contribuir com o caráter contraditório que a ação política frequentemente protagoniza.

Esses autores destacam que ao serem elaboradas, as políticas públicas estão fadadas a carregarem uma grande carga de contradição, e até de incoerências, a medida que a realidade em si é constantemente contraditória. Essa designação acaba, por vezes, induzindo aqueles que têm a tarefa de decidir, a perseguir objetivos de caráter contraditório. É necessário, que quando analisadas tais políticas, “que essa condição seja levada em conta, mas sem impedir que se defina o sentido das condutas governamentais” (MULLER, SUREL, 2002, p.18). Essa

conduta é importante, tendo em vista que em dados momentos, por exemplo, se vê promovendo a rentabilidade de certa empresa e ao mesmo tempo tentando manter a paz social, ou ainda, buscando frear a inflação e estimulando a reativação do consumo.

A questão da coerência e/ou de demonstração da preocupação estatal com um dado setor, em geral é aferida através dos recursos financeiros dedicados a esse setor pelo Estado. Conforme destacam Muller e Surel (2002, p. 24), “somos tentados a nos ater a um indicador orçamentário e, particularmente, a considerar que uma política será um tanto mais eficaz, quanto mais elevados forem os créditos que lhe são destinados”.

Os mesmos autores, todavia, sinalizam que não é somente esse tipo de recurso que constitui o conteúdo e a eficácia uma política pública. Acenam que devem ser ponderados:

> *recursos financeiros* (os créditos atribuídos aos ministérios), *intelectuais* (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), *reguladores* (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisão), *materiais.* Ela é também constituída de produtos, isto é, de *outputs* reguladores (normativos), financeiros, físicos. (MULLER E SUREL, 2002 p.14),

Partindo do entendimento que os elementos enunciados são indicativos importantes a serem considerados na elaboração de políticas públicas, cabe-nos aprofundar como essas são pensadas no âmbito do esporte e do lazer.

3.3 Políticas Públicas de Esporte e Lazer: desafios à democratização

No que concernem, as políticas de esporte e lazer, Marcellino (2006, p. 85), apresenta um entendimento semelhante ao de Muller e Surel (2002) acenando a necessidade de ser garantido um investimento orçamentário para viabilizar o “planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para uma política de democratização cultural”. Assim, define que toda política pública de esporte e lazer deve prever financiamento, espaços/equipamentos, animação sociocultural e divulgação.

A questão orçamentária, no que tange essa temática é um aspecto bastante delicado. Em primeiro lugar, porque historicamente, conforme sinaliza Amaral (2006, p.169), as questões relacionadas ao lazer tem sido atribuídas, de maneira geral, as secretarias ou ministérios do esporte. Esse vinculação atribui ao lazer um caráter de

apêndice do esporte. “As políticas de lazer não são centrais, muito menos a destinação de verbas para a implantação de projetos sociais, e percebe-se menos ainda a existência do entendimento de que este seja um fenômeno multidisciplinar”.

A segunda razão que dificulta a provisão de maiores recursos é apresentada por Veronez (2005), ao estudar a ação governamental no setor esportivo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. O autor explica que os recursos utilizados para financiar os gastos governamentais, distribuídos entre grupos sociais diferenciados ou setores da sociedade civil, como no caso do esporte, são apropriados pelo Estado por intermédio de tributação. Aportando-se em Resende e Cunha (2002, p. 21), esclarece que o Orçamento Geral da União possui uma série de vinculações de receitas, isto é, “despesas específicas, de acordo com a legislação atual”, e que essas vinculações assumem um caráter ambíguo a medida que de um lado garantem recursos indispensáveis a áreas indiscutivelmente importantes e por outro reduz o espaço disponível no orçamento para fazer escolhas que eventualmente impliquem a redefinição de prioridades, quanto a alocação de receitas.

Nessa lógica, a fração do orçamento sobre a qual o Executivo e o Legislativo podem deliberar é muito pequena (apenas 10% do total), tornando mais dificultoso aumentar os recursos para o esporte e lazer, a menos que fossem criadas outras formas de gerar proventos, o que poderia implicar na “criação de mais impostos ou realocação de recursos de fontes de outras áreas” (VERONEZ, 2005, p. 317). Seu estudo revela que:

> o Tribunal de Contas da União ao investigar as ações do governo no setor de esporte referentes ao período entre 2000 e 2003, concluiu que: o COB e o CPB receberam, respectivamente, R$ 95,6 milhões e R$ 19,5 milhões da Lei Piva. Do orçamento de R$ 567 milhões que o ministério teve no mesmo período, apenas 6,4% foram designados, segundo o planejamento da pasta, ao esporte educacional. Outro dado interessante do relatório é que nesse período a participação de empresas estatais no setor esportivo, como Banco do Brasil, Petrobras, Correios e Caixa Econômica Federal, atingiu a cifra de 270 milhões. Conforme esse estudo, 97,6% desse montante foi destinado ao esporte de alto rendimento, “em total inversão da orientação expressa na Constituição”, segundo as palavras do relatório. (Veronez, 2005, p. 324).

Outro estudo realizado na direção de elucidar as prioridades governamentais no que se refere aos investimentos financeiros é o de Almeida e Marchi Jr.(2010). Os autores analisam quanto foi destinado aos programas de esporte e lazer

diretamente pelo governo federal através de repasses aos estados e municípios, no período entre 2004 e 2008.

Segundo a análise dos pesquisadores, o Ministério do Esporte investiu 72% no Rio 2007 e pouco menos de 7% da verba foi direcionada para ações relacionadas ao esporte participação e educacional. Nesse período, o somatório de investimentos do Ministério do Esporte e outros ministérios em esporte de rendimento totalizaram 81% e menos de 8% para as manifestações de esporte educacional e participação. Atentam, todavia, para o fato de que esse quadro se inverte em relação a transferência de recursos aos estados e municípios, totalizando 61% dos recursos investidos em programas das manifestações do esporte participação e educacional e 29% em ações de esporte de rendimento.

A pesquisa ilustra, contudo, que apesar dos investimentos em esporte educacional e de participação, no balanço geral, o maior investimento do governo federal foi na realização do Rio 2007, totalizando R$ 975 milhões. Seguido pelo Programa "Esporte e Lazer na Cidade" com aproximadamente R$ 730 milhões e o programa "Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo", com quase R$ 460 milhões e pelo programa "Brasil no Esporte de Alto Rendimento" teve mais de R$ 175 milhões em verbas (ALMEIDA e MARCHI JR, 2010, p. 85).

Os dados oriundos das pesquisas acima nos remetem ao questionamento acerca das prioridades do Estado no que tange ao investimento em manifestações do esporte. As informações levantadas acenam que ao priorizar o esporte de rendimento fere o princípio constitucional que prevê no art. 217 "[...] a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento" (BRASIL, 1988).

Ao tratar de outro aspecto concernente as políticas públicas de esporte e lazer, Marcellino (2006) enfatiza a necessidade de democratizar os espaços e equipamentos culturais[20]. O Perfil dos Municípios (2007), ao apresentar informações acerca da cultura no país referentes ao ano de 2006, no que tange a disponibilidade desses equipamentos[21], acena que 97,8% dos municípios possuem biblioteca

[20] O autor compreende espaço e equipamento como conceitos distintos, enfatizando que o espaço é o suporte para os equipamentos e, por conseguinte, os equipamentos organizam o espaço em função de uma atividade. (MARCELLINO, 2006, p.66)

[21] Segundo a definição adotada pelo IBGE, os equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado às culturas existentes no município, aberto ao público, podendo ser mantido pela iniciativa privada ou pelo poder público de qualquer esfera (federal, estadual ou municipal) (IBGE, 2007, p. 15).

pública, 94,1% estádio e/ou ginásios poliesportivos, 89,5% centro cultural, 79,4% museus e 76,8% possuem teatro ou salas de espetáculo.

Ao considerarmos os dados brutos, temos a falsa impressão de que há uma democratização dos bens culturais. O próprio documento, entretanto, adverte que os índices refletem apenas a existência do equipamento sem aprofundar informações acerca das condições de uso e disponibilidade de utilização pela população. Elucida ainda, que os dados levantados ilustram o clássico processo das desigualdades espaciais existentes no país. Os bens culturais, conforme indicam os índices, existem em maior número nas regiões Sul (5,7%), Sudeste (5,6%) e Centro-Oeste (5,2%) e em menor número nas regiões o Nordeste (4,5%) e Norte (4,3%). Em relação ao porte populacional dos municípios, a disponibilidade de bens culturais concentra-se nos grandes centros e municípios com mais de 500mil habitantes alcançando o percentual de 12,3%, enquanto que nos municípios com até 5 mil habitantes esse índice é de 3,1%(IBGE, 2007, p. 109).

Diante do quadro de escassez de equipamentos específicos para o lazer, Marcellino (2006, p.80) sinaliza que a democratização do acesso e usufruto das manifestações culturais, não “pode depender unicamente da construção desses”. Reitera, que eles são importantes e sua disseminação deve estar na pauta das ações governamentais, todavia, “a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, dessacralização, e incentivo à utilização, através de políticas específicas, e a preservação do patrimônio ambiental urbano”.

Outro elemento que merece atenção, segundo o autor é a implementação e sustentação de uma proposta de animação sociocultural consistente. A participação e intermédio de profissionais capacitados na socialização das práticas lúdicas e culturais pode, em última instância, garantir as qualidades técnicas requeridas a cada manifestação e as especificidades da área.

A animação sociocultural, em um sentido mais amplo, converte-se, conforme Melo (2006, p.8) em:

É considerada a existencia de 13 equipamentos e meios de comunicação bibliotecas públicas; videolocadoras; estádios ou ginásios poliesportivos; lojas de discos, CDs fitas e DVDs; estações de rádio FM; estações de rádio AM; provedores de Internet; livrarias; museus; teatros ou salas de espetáculos; geradoras de TV; cinemas; shopping centers (2007, p. 101).

> [...] uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude à nossa existência cotidiana, construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa.

Apesar de concordar com o entendimento de Melo (2006) acerca da animação cultural, Marcassa (2009, p.11) pondera que na atualidade a animação "tem significado muito mais um instrumento de conservação das posições políticas hegemônicas do que uma força renovadora de desenvolvimento, já que ela não rompe com a relação de dependência entre dirigentes e dirigidos". Em contrapartida, a autora defende que a animação cultural se articule a uma nova "identidade" política da sociedade civil, superando o distanciamento que possui dos interesses das classes menos favorecidas.

Com esse entendimento, a animação sociocultural deve ser desenvolvida em espaços/equipamentos específicos de lazer e em locais que Marcellino (2006, p. 67) denomina espaços não específicos de lazer.

Além da garantia de financiamento, disponibilização de equipamentos, desenvolvimento de uma proposta de animação sociocultural, há necessidade da divulgação das políticas implementadas. Para que o povo se aproprie das iniciativas referentes às manifestações culturais, é necessário divulgar o que existe, e promover ações que superem as barreiras encontradas pela população no usufruto de atividades realizadas em equipamentos específicos, principalmente aqueles dirigidos aos interesses intelectuais e artísticos (museus, galerias de arte, bibliotecas, teatros). A dificuldade advém, especialmente, de um ranço histórico que contrapunha o tradicional com o progresso e pelo caráter pomposo e que envolve esses locais, figurando um distanciamento das camadas populares (MARCELLINO, 2006).

Cabe salientar que os aspectos apresentados até então, pouco contribuirão com a democratização do acesso as manifestações culturais se as políticas desenvolvidas estiverem dissociadas de políticas sociais que garantam ao sujeito o exercício pleno de sua cidadania. Para que realmente se efetive uma política de lazer é imprescindível repensar a organização do mundo do trabalho e suas

exaustivas jornadas de trabalho; um reordenamento urbano que, dentre outras coisas, preveja especialmente, condições dignas de moradia; ações consistentes de formação e desenvolvimento profissional.

3.4 Espaços de Lazer: desvendando possibilidades

Na atual organização urbano espacial, em que se proliferam *shoppings centers* e espaços artificiais privados de lazer como símbolos do lazer mercadoria, em que diminui a disponibilidade de equipamentos coletivos públicos, urge a necessidade de criar alternativas de contraposição ao caráter excludente dessa configuração.

Ao discorrer sobre espaço e lazer na sociedade moderna, Rodrigues (2002, p.157) além de denunciar a privatização ilegal de espaços públicos naturais (praias, áreas verdes, morros, etc.), aponta que os *shoppings centers* estão assumindo a função das antigas ruas e praças como lócus de sociabilidade. A implantação artificial esses espaços, todavia, falseia uma sociabilidade desprovida da espontaneidade advinda do uso cotidiano e compartilhado. O autor explica que nesses espaços as práticas sociais se revelam desprovidas de "sentimento de pertencimento não expressando vínculos identitários que caracterizam o lugar[22]".

Considerando o caráter segregador desse cenário, em que os espaços de lazer são privilégio da minoria, Marcellino (2008), afirma que não se pode esperar apenas pela iniciativa governamental. Há necessidade de vitalizar espaços públicos já existentes e otimizar espaços públicos não específicos, ou seja, equipamentos não construídos de modo particular para essa função, mas que podem incorporá-la na sua dinâmica. O autor destaca como expoentes dessa categoria os bares[23], as ruas, as escolas, etc.

Direcionando nosso foco para as possibilidades da escola, reportamo-nos a Marcellino (2006) que atribui ao espaço escolar um grande potencial. O autor argumenta que as escolas oferecem diversas opções para o lazer, uma vez que possuem estrutura física (salas, quadras, pátios, auditórios) capaz de abrigar vivências nos vários campos de interesse. Além disso, estabelecem vínculos estreitos com a comunidade no entorno apresentando-se, nos dias não letivos

[22] O autor utiliza o termo lugar como sinônimo de espaço vivido, do mundo experienciado.

[23] Marcellino (2008, p.18), refere-se aqui ao bar com características dos tradicionais botequins, como o local de encontro, de jogar conversa fora, modelo contrário daqueles que figuram hoje.

(férias, finais de semana e feriados), como espaço de promoção e usufruto de atividades lúdicas e esportivas.

Paro (1996), contribui com o debate enfatizando que a escola pública ao incorporar sua função educativa global, precisa abarcar outras formas educativas para além da educação formal. Compreende que a educação é responsável pela atualização histórico-cultural dos sujeitos e como expressão do comprometimento com a superação da inadmissível injustiça social, a escola precisa formar cidadãos atualizados, capazes de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem histórico produziu e contribuindo com seu potencial criador e transformador na sociedade atual. Enfatiza que somente estando aberta a outras práticas sociais, em especial, ao lazer como expressão da possibilidade de emancipação humana, a escola participará de forma efetiva na necessária reforma intelectual e moral apregoada por Gramsci.

A otimização da escola como espaço de lazer pode significar a apreensão do bem público pela comunidade, e configurar um sentimento de pertença da escola pela população. Nessa direção, Paro (1996, 314) afirma que:

> uma das formas de se aferir a intensidade das relações entre a escola pública e a comunidade é a dimensão em que o espaço escolar é utilizado pelos usuários nos períodos em que a escola não desenvolve suas atividades docentes regulares, especialmente nos fins de semana, nos feriados e nas férias escolares. Nos bairros ocupados pelas camadas populares, nas periferias dos grandes centros urbanos como São Paulo, os equipamentos coletivos de lazer, como teatro, cinema, museus, clubes esportivos ou recreativos, etc. são extremamente escassos ou simplesmente não existem. Mesmo os poucos terrenos vazios onde se dão as peladas nos fins de semana ou os galpões onde se realiza alguma festa ou comemoração vão sendo eliminados com a ocupação mais intensa. Assim, as dependências da escola pública poderiam ser uma alternativa ao desenvolvimento de alguma atividade de lazer que contribuísse para minorar a falta de opção da população nesse sentido.

Aproximando as considerações feitas por Marcellino (2008) e Paro (1996) sobre o espaço da escola pública, ao espaço da Universidade, podemos afirmar que essa também se constitui um espaço/equipamento não específico de lazer. Considerando que as IES constituem um *lócus* de produção e disseminação da cultura historicamente produzida, possuem instalações semelhantes e possibilidades no campo do lazer tão ricas quanto as da escola, podemos dizer que as universidades necessitam repensar suas ações e refletir sobre sua responsabilidade no que tange à democratização cultural através da promoção de espaços/tempo de vivência de esporte e lazer.

As considerações feitas sobre as semelhanças entre universidades e escola básica são pertinentes, sobretudo, porque ambas as instituições ocupam-se legalmente da educação formal dos sujeitos. Essas aproximações, no entanto, devem ponderar acerca das especificidades de cada instituição e das dimensões que essas assumem no contexto em que estão inseridas.

As relações das universidades brasileiras com as manifestações de esporte e lazer datam de longo tempo, protagonizando diferentes configurações e atribuições. Dessa forma, para problematizar o fomento dessas manifestações no âmbito universitário, parece-nos primordial compreender sua dinamização histórica para fundamentar a discussão de suas potencialidades na atualidade.

3.5. Esporte e Lazer na Universidade

Ao buscar reconstruir a trajetória das manifestações de esporte e lazer no âmbito universitário através da consulta em livros, pesquisas e publicações sobre a temática, encontramos indícios que remontam, basicamente, o caráter e as manifestações de cunho esportivo e competitivo.

Na ausência de evidências que indiquem outra forma de manifestações nos primórdios da universidade brasileira, Starepravo (2005)[24] sinaliza que as manifestações esportivas no âmbito universitário brasileiro, tiveram início no "final do XIX no College Mackenzie em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro". O autor destaca que no início do século XX o esporte universitário foi impulsionado por clubes de futebol carioca como Botafogo, Flamengo e Fluminense

A revista da Confederação Brasileira de Desporto Universitário[25], ao traçar uma linha do tempo do desporto universitário assinala em 1916 as primeiras disputas interestaduais entre faculdades do Rio de Janeiro e São Paulo. Na esfera internacional destaca-se a realização dos primeiros jogos mundiais universitários.

No início dos anos 1930, as confederações esportivas estudantis, começam se regulamentar. No Rio de Janeiro é legalizada a Federação Atlética dos Estudantes, em 1933, e em São Paulo, a Federação Universitária Paulista de Esportes em 1934.

---

[24] O autor baseou-se em dados publicados no Caderno de Esportes do Jornal Diário do Pára em 18 de julho de 1987.

[25] Disponível em: http://www.cbdu.org.br/revistas Acesso: 15 de julho de 2010.

Em 1939, durante a realização do Congresso Nacional de Estudantes, realizado no Rio de Janeiro, representantes das diversas federações e agremiações universitárias de esporte resolvem fundar a Confederação Universitária Brasileira de Esporte (CUBE), que no ano seguinte é renomeada para Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), com o intuito de agregar todas as entidades esportivas universitárias existentes até então.

Starepravo (2005) relembra que até a década de 1940 as organizações em federações, e realização de eventos esportivos na universidade se deram de forma espontânea e sem a intervenção do Estado. Todavia, com a promulgação do Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941, que regulamentava o esporte universitário brasileiro, o governo passa a intervir diretamente. O autor atenta que antes dessa lei, foi estabelecido o Decreto-Lei nº 421 de 11 de maio de 1938, que dá início a intervenção do Estado com o intuito de incentivar o esporte universitário brasileiro. "O Decreto-Lei exigia que as universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior deveriam construir e montar praças esportivas para seus alunos, sendo uma das condições para autorização e reconhecimento do governo federal."

Com o Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941, referente ao esporte na universidade, o Estado institui, inclusive, as diretrizes que a CBDU deve preconizar. Dessa forma, define entre outras determinações, a criação de uma associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas em cada estabelecimento de ensino superior; a obrigatoriedade das associações atléticas acadêmicas formarem uma federação atlética acadêmica anexada ao diretório central acadêmico da universidade e dessas federações articularem-se e formarem a Confederação dos Desportos Universitários.

O esporte em seus diversos segmentos – militar, operário, estudantil, alto-rendimento - tem sua tutela estatal apregoada em meio ao Estado Novo, na Ditadura Vargas com a instituição do Decreto- Lei nº 3.199, de abril 1941. Esse documento cria o Conselho Nacional de Desporto (CND), que tem como responsabilidade de "orientar, fiscalizar e incentivar a prática de desporto no país"[26].

Com a definição dos princípios a serem seguidos através do CND, o Estado consegue sujeitar as entidades esportivas aos seus interesses. A partir da

[26] Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível em: http://www.6.senado.gov.br/sicon/ Acesso 31 julho de 2010

regulamentação do esporte através dessa lei, que mantém suas características originais até o início dos anos de 1990, o Estado e o governo conseguem “legitimar e dispor tanto dos instrumentos legais quanto das estruturas institucionais para definir os rumos do esporte no Brasil e a participação desse setor na construção do Estado capitalista brasileiro” (VERONEZ, 2005 p. 172). Assim, essa lei interferiu diretamente na “regulamentação das entidades esportivas; na definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte; e na indicação de como administrar as práticas esportivas” (STAREPRAVO, 2005, p.44).

Esse decreto evidencia claramente o caráter disciplinador, nacionalista e moralizador do esporte. Protagonizando uma perspectiva centralizadora do Estado e um caráter, eminentemente elitista, torna-se profundamente institucionalizado, configurando-se como reprodutor e disseminador dos valores da ideologia dominante, ignorando e negligenciando a prática esportiva pelo povo (CASTELLANI FILHO, 1994; MANHÃES, 2002).

No período que segue, do fim do Estado-Novo ao princípio da Nova República, exemplo da iniciativa de Hitler, que utilizou o esporte como aparelho político-ideológico, o Brasil faz uso desse como expoente de desenvolvimento e reconhecimento no cenário internacional. Figurando como forte instrumento a serviço do Estado, no período da ditadura militar, juntamente com outras ações coercitivas e de controle social, o esporte é utilizado como instrumento de veiculação da ideologia do regime militar.

Dentre as ações instituídas no setor do esporte, destaca-se a introdução da Educação Física, pautada no desenvolvimento esportivo, como disciplina de caráter obrigatório no Ensino Superior.

Ao resgatar ações implementadas com o viés de controle social no âmbito do esporte educacional, Tubino (1996) destaca os a realização dos Jogos Estudantis Brasileiros e os Jogos Universitários Brasileiros e o apoio de associações atléticas nas universidades.

Castellani Filho (1994, p. 121), ao escrever sobre a história da Educação Física brasileira, destaca que no ensino superior, a presença da disciplina tinha uma finalidade específica e fundamental:

> (...) coube à Educação Física o papel de, entrando no ensino superior, por conta do Decreto-lei n.º 705/69, colaborar, através de seu caráter lúdicoesportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação

> política do movimento estudantil. Evidenciavam-se, dessa forma, os traços alienados e alienantes absorvidos pela "personagem" vivida pela Educação Física.

Neste contexto, a Educação Física é implementada nas universidades com o objetivo explícito de desenvolver práticas compensátorias e funcionalistas de lazer, proporcionar práticas desportivas fundamentadas em resultados quantificáveis e, principalmente, promover desmobilização política dos estudantes nos Campus Universitários", que na época constituíam e representavam um importante foco de resistência à ditadura militar (CASTELLANI FILHO, 1994).

A maneira como as atividades físicas foram propostas e o caráter competitivo em que foram instituídas, bem como a valorização do brasileiro-desportista, além de evidenciar as fortes estratégias de governo para o controle e desmobilização da comunidade universitária, também acarretaram a descaracterização e destituição do significado e papel da Educação Física enquanto componente de formação do homem através da dimensão corporal.

Se na época o esporte universitário devia, como relembra Castellani Filho (1994), cumprir a "função de envolver os estudantes em práticas esportivas e lúdicas como uma ação estratégica de distração para contrapor e/ou controlar as práticas políticas militantes de combate ao poder militar" atualmente, a situação passou a totalmente inversa. Da obrigatoriedade a prática desportiva passou a ser quase que negligenciada nos campus universitários. Foram reduzidos drasticamente os incentivos as práticas desportivas competitivas, às possibilidades da prática da atividade física para melhoraria da qualidade de vida, foram limitadas as oportunidades de práticas corporais enquanto forma de aprendizagem cultural, e é escasso o apoio a participação em atividades de lazer decorrentes de programas organizados na perspectiva da formação educacional e cultural dentro da Universidade.

Starepravo *et al* (2010), ao realizarem um estudo sobre o esporte universitário e a Federação Paranaense de Desporto Universitário e a relação desses com o Estado, explicam que após vivenciar um período de crise a partir do final da década de 1980, até início dos anos 2000, o esporte universitário passa por uma transição. Com a criação do Ministério dos Esportes, no primeiro mandado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a divisão do Esporte Universitário.

Segundo os autores, o governo federal, na tentativa de reorganizar a CBDU, interfere diretamente na eleição dessa e a vincula ao COB, com o intuito de viabilizar uma fonte de recursos (conforme prevista na Lei n.º10.264, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva) e apontar um novo modelo de financiamento ao esporte universitário. Destacam que além dos recursos provenientes da Lei Agnelo/Piva, o COB estabelece a empresa Golden Cross como parceira da iniciativa privada (STAREPRAVO *et al*, 2010).

Starepravo *et al* (2010, p.142) denominam essa conformação de modelo híbrido, à medida que, a partir dessa iniciativa, "foram aliados os recursos de financiamento público com verbas provenientes da iniciativa privada". Os autores advertem que essa nova configuração do esporte universitário, ao implantar

> uma gestão profissional e valorizar as instituições de ensino superior nos Jogos podem fazer com que o esporte universitário passe a viver um momento condizente com as novas tendências do esporte mundial: a aproximação com o mundo dos negócios e desvinculação do Estado. (STAREPRAVO *et al*, 2010, p. 143)

Atualmente o esporte universitário, organizado conforme o modelo de seu surgimento destaca-se, sobretudo, nas instituições privadas. Conforme destaca a Revista da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (RCBDU, 2008), o esporte é tido como um instrumento de educação, socialização e principalmente um investimento. Enfatiza, a partir da fala de um gestor de universidade particular, que o incentivo à prática esportiva além de complementar a formação acadêmica e o desenvolvimento social dos alunos, permitindo que muitos jovens tenham acesso ao ensino superior graças às bolsas de incentivo, possibilita através dos resultados de equipes e atletas em torneios universitários, campeonatos nacionais e, até, Pan-Americanos e Olimpíadas, gerar visibilidade às IES na mídia. Nesse modelo de organização são estabelecidas parcerias entre faculdades, clubes e prefeituras.

Além de desenvolver-se majoritariamente nas instituições privadas, o esporte universitário ao estar vinculado ao COB assume fortemente uma conotação de esporte de rendimento, distanciando-se consideravelmente das manifestações esportivas acessíveis a todos os interessados. Assim, ao se voltar ao desporto de rendimento, as práticas desportivas universitárias incorporam as diretrizes dessa forma de manifestação do esporte, qual seja a "orientação para o rendimento e a competição, a cientifização do treinamento, a organização burocrática, a especialização de papéis, a seleção e a desigualdade" (BRACHT, 1997, p.97).

Nas instituições públicas, as atividades relacionadas ao esporte e ao lazer, são fomentadas, em geral, por iniciativas extensionistas de caráter esporádico, ligadas, principalmente, aos programas de assistência estudantil (MARIN, et al, 2009). As instituições oferecem atividades de extensão variadas que são desenvolvidas através de projetos com datas de início e término pré- estabelecidos, deixando a continuidade dos projetos a mercê da vontade dos docentes responsáveis ou da renovação desses pelos órgãos competentes. Essas iniciativas são denominadas por Zigoni (1997, p. 34) de "políticas de atividade.

Atualmente, na tentativa de minimizar o problema da falta de espaços/tempo públicos e assegurar o direito às populações e democratizar o acesso às manifestações de esporte e lazer, o governo federal tem proposto diferentes programas vinculados ao Ministério do Esporte e gerenciados pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Programas como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer na Cidade, recentemente, tem estabelecido aproximações e vem sendo implementado versões piloto em instituições de ensino superior.

O Programa Segundo Tempo[27], desenvolvido em âmbito nacional, desde 2003, com o objetivo de integrar o indivíduo à sociedade através da prática esportiva e de atividades complementares no turno oposto ao das aulas na escola e proporcionar ao indivíduo a possibilidade de atingir um desenvolvimento de valores sociais, melhora das capacidades físicas e motoras, integração social, além de afastar a criança e o adolescente das drogas, prostituição, criminalidade e outros riscos sociais provenientes do meio em que eles vivem, tem como público alvo crianças e adolescentes dos sete aos dezessete anos.

No ano de 2009, o Ministério do Esporte, lança o Projeto Piloto Universitário do Programa Segundo Tempo[28], no qual foram contempladas quatro universidades, sendo elas: Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Brasília

[27] Disponível em http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp. Acesso em 15/12/2010.

[28] As informações aqui mencionadas foram retiradas dos sites das IES, http://jararaca.ufsm.br/websites/segundotempo, http://web3.ufes.br/sis/node/104. Acessados em 19 de dezembro de 2010. No *site* do Ministério do Esporte não foram localizadas informações referentes ao programa.

(UnB), Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte (UFMG) e Universidade Federal de Ouro Preto, também em Minas (UFOP).

A proposição do Ministério do Esporte, das universidades e da Secretaria Nacional de Esporte Educacional parte do entendimento que o Segundo Tempo Universitário contribui para resgatar a prática esportiva e incitar a inserção do esporte no projeto pedagógico das Instituições de Ensino Superior.

Outra ação que evidencia um movimento de aproximação do Ministério do Esporte com as universidades é a concessão da chamada pública para o Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC) à Universidade Federal de Santa Maria, no município de Santa Maria. O referido programa, que é majoritariamente gestado pelas prefeituras municipais, visa proporcionar a crianças e adolescentes, jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais, o acesso ao esporte e lazer como forma de desenvolvimento social, orientando-as a um processo de cidadania emancipatória, voltada à participação popular e a auto-organização comunitária (PELC-UFSM, 2010, p.4).

A proposição do PELC-UFSM pauta-se no entendimento de que

> [...] toda a população tem direito a educação, nos espaços de esporte e de lazer**,** e através desta, o direito a superar o senso comum e apropriar-se do saber universal acumulado, capacitar-se a produzir conhecimento novo e necessário para transformar o sentir, o ver, o pensar e o fazer a vida e o mundo rumo a igualdade humana. A educação, através do esporte e do lazer, deve significar, então, o domínio do instrumental teórico-prático que os homens produziram na caminhada civilizatória para entender e transformar a natureza, a história, a sociedade e a si mesmos (PELC-UFSM, 2010, p.4)

A recente iniciativa do Ministério do Esporte em fomentar a implantação de programas de esporte e lazer nas universidades representa um grande avanço. É necessário, no entanto, ter presente que essas ações são instituídas por programas de um determinado governo, o que as torna frágeis diante de uma possível troca de gestão. Nessa perspectiva, para que sejam asseguradas ações de fomento ao esporte e lazer na universidade é necessário que essas façam parte do planejamento, do projeto pedagógico institucional, convertendo-se em políticas institucionais, gestionadas internamente.

4. POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

A universidade, ao coadunar estrutura e valores perpetuados pela sociedade civil, traz no bojo de seus documentos oficiais concepções sobre sua missão, funcionamento, prioridades e inserção local, descrevendo políticas e estratégias institucionais e estabelecendo metas a serem alcançadas que servirão como cerne da identidade institucional.

Ao tomarmos como objeto de estudo as questões relacionadas ao esporte e o lazer buscamos neste capítulo analisar o discurso manifesto, de forma explícita ou implícita, sobre essa temática nos PPIs, PDIs e projetos REUNI das instituições anteriormente mencionadas.

Para darmos início à análise realizamos, primeiramente, um diagnóstico tomando como ponto de partida a frequência com que a temática do esporte e lazer é abordada, a forma como é mencionada/redigida e a que aspectos/ setores se referem nos documentos supracitados.

Após identificarmos em que tópicos o esporte e o lazer são abordados, buscamos analisar as concepções de esporte e lazer subjacentes e a (des) articulação com a atual Política Nacional de Esporte.

4.1 Esporte e lazer nos documentos oficiais da IFES

A consulta ao material coletado nos possibilitou apontar que todas as universidades selecionadas, em pelo menos em um dos seus documentos (PDI, PPI, REUNI), exprimem ideias relacionadas ao esporte e lazer, sendo o Plano de Desenvolvimento Institucional o documento que mais apresenta aspectos relacionados à temática. Entre as quinze universidades investigadas, apenas uma não faz referência ao esporte e ao lazer em seu PDI.

Os apontamentos aludem, preponderantemente, ao esporte e lazer como estratégia de assistência estudantil e como elementos a serem contemplados na melhoria da infraestrutura institucional. São mencionados também como mecanismo de interação com a comunidade externa e entre a comunidade interna e de melhoria

das condições de trabalho dos servidores. Apenas uma das instituições aponta o esporte e lazer como um direito social, constitucionalmente garantido indispensável para a formação cidadã e outras duas mencionam o esporte e lazer em categorias gerais. Através do quadro abaixo buscamos ilustrar esse panorama.

Quadro 1- Demonstrativo sobre abordagem esporte e o lazer nos documentos institucionais das universidades investigadas

Universidades/ Apontamentos	Assistência Estudantil	Interação comunidade interna/ externa	Melhoria condições de trabalho	Infra Estrutura	Direito social
Universidade A Região S		X		X	
Universidade B Região S	X	X		X	
Universidade C Região S	X				
Universidade D Região S	X				
Universidade E Região S	X	X		X	
Universidade F Região SE					X
Universidade G Região SE					
Universidade H Região SE	X			X	
Universidade I Região SE				X	
Universidade J Região N				X	
Universidade L Região NE					
Universidade M Região NE	X		X	X	
Universidade N Região NE	X		X	X	
Universidade O Região NE	X	X	X		
Universidade P Região CO	X	X	X	X	

Assim temos:

a) 10 instituições que sinalizam o esporte e lazer como estratégia para a assistência estudantil;
b) 9 instituições que mencionam a construção/ ampliação da infraestrutura necessária para práticas desportivas e de lazer;
c) 5 instituições que compreendem o esporte e lazer como um mecanismo de interação com a comunidade externa e integração da comunidade interna entre si;
d) 4 instituições que apontam o esporte e lazer como elemento de assistência e melhoria das condições de trabalho dos servidores;
e) 1 instituição reconhece o esporte e lazer como direito social garantido pela Constituição Federal.

Buscando compreender a composição do quadro acima a luz das orientações que vem conformando a Educação Superior atualmente, destacamos que a forte associação das manifestações de esporte e lazer a estratégias de **assistência estudantil** evidenciada no quadro acima, pode estar atrelada aos indicativos presentes na atual política de assistência estudantil.

Embora tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB 9394/96 enunciem como direito de qualquer cidadão a igualdade das condições de acesso e permanência ao ensino, apesar das reivindicações em prol da implementação de uma política de assistência estudantil figurar há décadas na agenda de organizações e movimentos sociais vinculados a educação superior, em especial, o movimento estudantil, apenas recentemente a assistência ao estudante vem tornando-se objeto de preocupação por parte do poder público.

Com a implantação do REUNI, que estabelece entre as suas metas a ampliação do acesso e permanência de alunos no ensino superior, tornou-se necessário estabelecer diretrizes voltadas ao amparo do estudante para viabilizar tal propósito. Assim, o Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que o institui, ao trazer em seu Art.2º inciso V a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” como uma de suas diretrizes, obriga as universidades a buscarem alternativas para atingirem essa meta.

Em consonância com essa diretriz do REUNI, em dezembro de 2007, é instituído pelo Ministério da Educação a Portaria Normativa nº 39 referente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Transformado em decreto presidencial em 19 de julho de 2010, o Decreto nº 7234 atinente ao PNAES sinaliza:

> "a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal" (BRASIL, 200)

O PNAES estabelece como objetivos:

> I- democratizar as condições de permanência nas IFES; II-minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III-reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV-contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2007)

Institui como "ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, **cultura, esporte,** creche e apoio pedagógico" (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Ao analisarmos os documentos (PDI, PPI,REUNI) das instituições investigadas podemos perceber que as premissas enunciadas no PNAES foram incorporadas nas proposições de algumas instituições. No que tange ao esporte e lazer, esse é mencionado juntamente com um conjunto de condições a serem garantidas aos acadêmicos. Em alguns casos, há apenas a reprodução na íntegra do texto do PNAES sem apresentação de qualquer estratégia de efetivação, como é possível observar no quadro abaixo.

Quadro 2: Demonstrativo dos apontamentos referentes à assistência estudantil

PNAES	**Universidade C**	**Universidade I**	**Universidade O**
Compreende ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: **moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico"** (BRASIL, 2007)	Executar ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: **moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura, esporte e lazer . (PDI, UNIVERSIDADE C)**	Faz-se necessário associar à qualidade do ensino ministrado as políticas efetivas em assistência, a fim de atender necessidades básicas de **moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico,** entre outras condições. (REUNI, UNIVERSIDADE I)	Associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência estudantil, a fim de atender às necessidades básicas de **moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura, lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico**, segurança, entre outras condições. (REUNI, UNIVERSIDADE O)

Outras universidades, no entanto, tomam esses apontamentos como ponto de partida para sinalizarem ações de esporte e lazer relacionadas à assistência estudantil. Nessa direção, mencionamos a Universidade B e a Universidade N.

A primeira assinala o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer como *"sendo fundamentais à formação cidadã dos profissionais e como instrumento de promoção da qualidade de vida"* (UNIVERSIDADE B). Ressalta a necessidade da promoção de programas culturais, esportivos e de lazer e elenca uma série de atividades[29] a serem mantidas e implementadas. Destacam-se o planejamento de diversos

[29] Todas as atividades estão nominadas nos documentos da instituição, entretanto, preferimos não mencioná-las nominalmente para preservar o anonimato.

festivais culturais, de música, jogos, campeonatos e apresentações de grupos artísticos da universidade.

A Universidade N apresenta em seu PDI *"a prática do desporto universitário, como elemento de integração e de inserção acadêmica"* assegurando a necessidade de definir uma Política de Desporto Universitário. Além de objetivar a estruturação do Programa "Atleta de Alto Desempenho", elenca a realização de festivais, jogos e campeonatos.

As demais instituições (D, E, H, M, P), embora associem as manifestações de esporte e lazer às estratégias de assistência estudantil, a exemplo das instituições mencionadas no quadro 2, o fazem de forma genérica e não propositiva. Assim, nos diferentes documentos, no tópico assistência estudantil, as menções ao esporte e lazer são, em sua maioria, em sentenças soltas no texto, evidenciando a prevalência de sentido mais próximo ao senso comum.

Afirmações como *"possibilitar o acesso a serviços, cultura, esporte e lazer para estimular a permanência dos estudantes na universidade"* (UNIVERSIDADE E), "*promover a humanização do campus através de atividades culturais, seminários voltados à integração social e o lazer"* (UNIVERSIDADE D) ou ainda, *"apoiar a prática de esportes e lazer e a realização de eventos esportivos"* (UNIVERSIDADE M) são bastante ilustrativas.

As enunciações relacionadas ao tema, em geral, são apresentadas por verbos como apoiar, incentivar, possibilitar, os quais evidenciam uma postura de isenção, de desobrigação da universidade com a promoção de ações relacionadas ao esporte e lazer. O emprego desses verbos remete a ideia de que a responsabilidade da proposição é de outrem. Assim, as IES se colocam no papel de incentivadoras, eximindo-se da função de proponente.

Embora concordemos que ações voltadas às manifestações de esporte e lazer sejam contempladas nas estratégias de assistência estudantil, outro aspecto a ser considerado é a configuração que essa vem assumindo no atual contexto universitário.

Cislaghi e Silva (2011) ao realizarem um estudo sobre o PNAES e a expansão de vagas nas universidades federais, alertam que apesar de aparentemente ter aumentado os recursos destinados à assistência estudantil, esses permanecem insuficientes tendo em vista o aumento do número de vagas.

Os autores tomam para análise o caso da UFRJ que entre 2007 e 2011 teve um aumento de 37% de vagas destinadas ao ingresso de novos alunos, enquanto teve uma ampliação de apenas 18% recursos destinados à assistência estudantil[30].

Além de salientarem a insuficiência do orçamento destinado a essa dimensão, Cislaghi e Silva (2011) denunciam que a assistência estudantil tem sido fortemente relacionada à assistência social. Considerando que a assistência social "visa o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais" (BRASIL, 1993), ela incide, nomeadamente, sobre a parcela da população que se encontra nas camadas da pobreza ou da extrema pobreza. Dessa forma, objetiva prover o que seria o mínimo social para a reprodução do ser humano (CISLAGHI e SILVA, 2011).

A assistência estudantil, ao ser associada a essa concepção, transforma-se em uma política de "combate a pobreza" no interior da universidade. Entre as instituições que investigamos, localizamos três que trazem explicitamente em seus documentos a assistência estudantil com essa conotação ao afirmarem que o seu foco deve ser predominantemente aqueles discentes com vulnerabilidade social e sugerem práticas esportivas e de lazer como estratégias de atendimento a esses alunos.

Uma dessas, inclusive, acena a necessidade de *"capacitar os servidores assistentes sociais da instituição, através da atualização profissional e da elaboração de estratégias para enfrentamento da questão social em suas múltiplas manifestações*" (UNIVERSIDADE C) e para tanto sugere como temáticas a serem discutidas o serviço social, esporte e lazer.

É pertinente salientar que compreendemos que a garantia das condições mínimas de permanência dos estudantes na educação superior é fundamental. Reconhecemos também que representa um avanço o estabelecimento de um programa governamental voltado para a assistência estudantil apesar da insuficiente previsão orçamentária e de difusão da falácia da redução das desigualdades sociais pelo provimento de algumas necessidades objetivas, entretanto, entendemos que a assistência estudantil deve ser dotada do caráter de universalidade.

[30] Procuramos levantar dados sobre os recursos destinados a assistência estudantil e a expansão do número de vagas referentes as instituições investigadas, entretanto, essas não os disponibilizam publicamente em seus *sites.*

Essa deve ser entendida como um direito de todos os acadêmicos, constituindo-se em uma política universal, que garanta o usufruto de melhores condições de ensino e permanência na instituição a todos os estudantes. Tais considerações estendem-se as ações relacionadas ao esporte e ao lazer, as quais devem objetivar o atendimento de toda a comunidade universitária e não exclusivamente uma parcela dos alunos.

Assim, a crítica volta-se a opção que algumas universidades vêm fazendo ao distribuir, por exemplo, bolsas de moradia, bolsas de alimentação, bolsas a atletas de alto rendimento que beneficiam um número restrito de estudantes individualmente. Ao invés dessa iniciativa iminentemente assistencialista as IES poderiam investir em construção de moradias estudantis, restaurantes universitários, projetos de esporte e lazer que abarcariam um número maior de estudantes e convertendo-se em patrimônio público.

Transcendendo o âmbito da assistência estudantil, acreditamos que a democratização do acesso aos bens culturais - a partir da proposição de experiências de esporte e lazer – pode constituir-se um veículo de interação entre universidade – comunidade.

O entendimento que essas podem viabilizar uma maior aproximação entre as IES e comunidade em que está inserida é explicitado, textualmente, nos documentos de algumas das instituições investigadas. Como demonstrado no quadro 1, cinco universidades sinalizam esporte e lazer como um **mecanismo de interação com a comunidade externa e integração da comunidade interna entre si**, conforme exemplificam os trechos abaixo:

> *Além da pesquisa e da extensão, outros mecanismos de interação com a comunidade também devem ser postos em ação como: programas de educação continuada;* ***programas de dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer*** *[...]. Os programas de esporte e lazer, voltados para qualidade de vida, devem oportunizar a comunidade interna e externa a prática de atividades físicas como fator de saúde, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida, além da criação e difusão das expressões artístico-culturais, viabilizando o acesso da comunidade aos espaços culturais, desportivos e de lazer. (UNIVERSIDADE A, PDI)*

> *Meta: Integração Universidade-Comunidade. Estratégia: planejar e operacionalizar a Universidade Aberta, nos finais de semana para* ***desenvolver ações de educação, cultura e lazer para a comunidade do entorno*** *(sic.) dos campi. (UNIVERSIDADE O, PDI)*

Embora figurem em menor número as referências relativas à interação com a comunidade, podemos destacar que no que se refere à relação com a comunidade externa os apontamentos são mais objetivos e menos evasivos do que os concernentes a assistência estudantil[31].

Os registros, assinalados no tocante à Extensão Universitária, trazem a proposição de programas, implementação e revitalização de ações anteriormente desenvolvidas pelas instituições. O quadro a seguir ilustra as propostas documentadas.

Quadro 3: Demonstrativo dos apontamentos relativos à promoção da interação entre universidade e comunidade através do esporte e lazer

Universidade B	**Universidade E**	**Universidade O**	**Universidade P**
• Instituir o projeto "Educação Física na Comunidade" • Festival de Inverno da UF...	• Criar o Programa Pró-Cultura • Ampliar e apoiar o Coral, o Grupo de Dança e o CTG • Criar espaços físicos para oficinas e ensaios de dança, teatro e música assim como projeções de cinema e Vídeo para consolidar e ampliar os projetos existentes • Construir concha acústica ao ar livre para manifestações culturais • Criar recantos recreativos nas áreas verdes do campus para convivência • Realização do Festival	• Instituir o Programa Integração Universidade-Comunidade • Promover espetáculos-demonstração pública de eventos cênicos, musicais, recitais, concertos, shows, apresentações teatrais, exibição de cinema e televisão, demonstração de canto, dança. • Realização de festivais, e eventos culturais e esportivos;	Consolidar o Plano Nacional de Extensão Universitária através da: • Criação e revitalização das atividades Prata da Casa, Festivais de Dança, de canto, Festival da Canção • Criação e instituição da companhia de Dança da UF.. • Criação e instituição da Companhia de Canto e Coral da UF.. • Criação e instituição da Companhia de Teatro • Revitalização das instalações esportivas na UF.. • Criação e incentivo do

[31] Apenas uma das instituições que aponta o esporte e o lazer como mecanismo de interação com a comunidade, não os referenda como estratégia da assistência estudantil.

	Universitário de Música. • Consolidar o Núcleo Artístico Cultural. • Melhorar as condições de infraestrutura para a realização das atividades permanente de arte e cultura • Fomentar a produção artística local e regional. • Promover e apoiar eventos artísticos e culturais como forma de ampliar o acesso da comunidade a arte e a cultura. • Estimular e desenvolver atividades esportivas junto à comunidade universitária.		Programa de Atividades Físicas na UF.. • Criação e instituição de torneios anuais, • Incentivo e participação em torneios regionais, nacionais e internacionais • Revitalização das instalações esportivas • Articulação de recursos financeiros para o fomento de atividades desportivas

A partir do quadro é possível constatar que as quatro instituições propõem-se a criar pelo menos um programa voltado à temática, ainda que não façam qualquer alusão mais detalhada sobre isso na documentação consultada.

Cabe destacar que a Universidade E, refere-se majoritariamente, a garantia de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento de ações culturais. Ainda que sinalize a criação de um programa voltado à cultura, o texto remete a ideia de que a instituição se preocupa com a oferta do espaço e coloca-se mais na função de apoiadora do que proponente de ações. A utilização frequente dos verbos *apoiar, estimular, fomentar,* denota como referimos anteriormente, um caráter descompromissado por parte da instituição, no que concerne a proposição de

experiências relacionadas ao esporte e lazer tanto para a comunidade interna quanto externa.

A Universidade P, todavia, além de mencionar a criação de um programa de atividade física para a instituição e a criação de várias companhias artísticas, é a única que faz alusão à destinação de recursos financeiros para o fomento de atividades esportivas, mesmo que não elucide a fonte de tais recursos.

Embora, textualmente, as explicitações envolvendo as manifestações de esporte e lazer no âmbito da extensão universitária soem mais consistentes e propositivas do que as concernentes a assistência estudantil, o que podemos constatar é que todas as instituições que as referendam o fazem em um rol de possíveis ações a serem implementadas, entretanto, não enunciam de que forma operacionalizarão tais proposições.

Não há qualquer menção sobre recursos financeiros a serem destinados, sobre quais instâncias institucionais serão requeridas, ainda que se pressuponha que sejam as Pró-Reitorias específicas de cada segmento (Pró- Reitoria de Extensão, Pró- Reitoria de Assistência Estudantil, Pró- Recursos Humanos, etc.). Os centros de ensino como os de Educação Física, Artes, Educação entre outros não são sinalizados como possíveis parceiros no planejamento e desenvolvimento de ações, bem como não são indicados quem serão os possíveis sujeitos (acadêmicos, docentes, técnicos administrativos, parceiros de outras instituições, etc.) que darão concreticidade as ações.

A escassa menção a extensão universitária, especialmente no que tange a temática estudada, em nosso entendimento, coaduna com o atual processo de reforma das IFES. Conforme destacam Léda e Mancebo (2009), o fato das "Diretrizes do REUNI" citarem apenas em um momento as "Políticas de Extensão Universitária", como uma dimensão do compromisso social da instituição, remonta sem meias palavras que

> " a expansão desejada e 'financiada' é só para o ensino, seguindo antigas lições do World Bank (1994),que além de condenarem a predominância das universidades de pesquisa (humboldtianas) – uma realidade que nunca existiu no sistema de educação superior brasileiro – propunham as universidades de ensino (que se ocupariam do ensino ou da formação neoprofissional), mais adequadas aos países com déficit público crônico". (LÉDA E MANCEBO, 2009, p. 55)

Outro aspecto bastante citado nos documentos analisados, diz respeito à **infraestrutura** destinada à vivência das manifestações de esporte e lazer. Localizamos nos documentos de nove instituições, apontamentos relacionados à revitalização e ampliação da estrutura física necessária para práticas desportivas e de lazer. A preocupação com a infraestrutura apresenta-se nos documentos estudados, majoritariamente, atrelada ao cumprimento das metas referentes à assistência estudantil e a extensão universitária. Em alguns casos, a única meta mencionada para viabilizar o esporte e lazer refere-se à estrutura física como demonstra o seguinte trecho:

> *Eixo: Assistência Estudantil. Meta: Criar condições aos alunos para uma maior inserção na vida acadêmica. Estratégia para atingir a meta: [...] Criar condições adequadas para que o estudante permaneça no ambiente universitário, por meio da ampliação de espaços para leitura e práticas esportivas, atividades culturais e de lazer (REUNI, UNIVERSIDADE J, 2008)*

Não obstante, reconhecemos que o espaço é um dos elementos fundamentais para a vivência das manifestações de esporte e lazer à medida que essas dependem do ambiente e equipamentos onde ocorrem, podendo esses ser específicos ou não específicos. Parece-nos, no entanto, que não é esse o entendimento que, preponderantemente, baliza essa preocupação.

Como o REUNI estabelece entre suas diretrizes a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas, aumento de vagas de ingresso, especialmente, no período noturno e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil indica que:

> Art. 3o O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:
> I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa;
> II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e
> III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação (BRASIL, 2008).

Se o esporte e lazer são indicados como estratégias de promoção da inclusão e assistência estudantil - considerando o primeiro item acerca da destinação de recursos – logo devem ser criadas condições físicas adequadas para tal.

As menções relacionadas ao fomento da cultura, esporte e lazer como estratégia de **assistência ao servidor e melhoria das suas condições de trabalho** que foram localizados nos documentos analisados, também se apresentam a mesma condição concernente a assistência ao estudante e a extensão universitária. A forma como as instituições sinalizam a questão podem ser ilustradas pelos excertos abaixo:

Quadro 4: Apontamentos relativos à assistência ao servidor

Universidade M	**Universidade N**	**Universidade O**	**Universidade P**
Implementar programas de treinamento e qualificação voltados às atividades acadêmicas e para docentes dirigentes de órgãos acadêmico-administrativos, com os seguintes cursos e público alvo: • **Promoção de cultura, esporte e lazer** Implantar os seguintes programas de **atividades artístico-culturais, esporte, lazer** e formação cidadã: • Festivais de Arte e Cultura; • Eventos Esportivos; • Festividades Universitárias; • Seminários,Conferências,etc (PDI, Universidade M)	Consolidar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho Atividades: Retomar **ações do Programa de Educação Física Esporte e Lazer.** (PDI, Universidade N)	Buscar desenvolver novas políticas junto aos servidores da instituição, ativos e inativos, nas áreas **culturais, esportivas**, gastronômica, e de **lazer**, fomentando o empreendedorismo e a integração institucional. (PDI, Universidade O)	Aprimorar programas de assistência ao servidor. Metas: Ampliar a assistência ao servidor e seus dependentes. Ações: viabilizar **atividades de lazer e cultura. (natação, música, hidroginástica, etc...)** (PDI, Universidade P)

A partir dos trechos apresentados, a exemplo da assistência estudantil e da extensão universitária, é possível perceber que não há proposições efetivas que contemplem os técnicos-administrativos. O que encontramos são indicativos de possíveis iniciativas. Os textos das Universidades N e P remetem a ideia de que já existe alguma ação sendo desenvolvida, entretanto, não apresentam maiores detalhamentos.

Embora todas as instituições investigadas referenciem o esporte e o lazer em seus documentos, a falta de precisão no trato das questões relativas a esses revela a inexistência de políticas institucionais voltadas para essa dimensão, na grande maioria dessas. Tal como explicam Santos e Amaral (2010, p.4)

> uma definição política indica-nos os modos de dar materialidade a uma concepção teórica de lazer, e está a ela intrinsicamente ligada; determina qual, ou quais as instituições responsáveis pela política, qual sua fonte de financiamento, quais suas diretrizes, mecanismos, princípios e objetivos.

A medida que nenhuma das instituições mencionadas referenda os preceitos sinalizados pelas autoras podemos afirmar que essas além de não possuírem uma política institucional de esporte e lazer, desconsideram o potencial formativo desses e não reconhecem como sua responsabilidade a democratização dos bens culturais, nesse caso, relacionados as manifestações de esporte e lazer.

Em contraposição ao que foi explicitado até então, é necessário destacar o caso da Universidade F. Essa, diferentemente das demais instituições expressa claramente uma preocupação com a democratização das manifestações culturais ao assinalar que:

> *na universidade contemporânea, a cultura representa valor essencial para a constituição e promoção da cidadania e deve não só ser considerada um gênero de primeira necessidade, mas também estar comprometida com a transformação da realidade, por ser aglutinadora em todas as suas dimensões. (PDI, UNIVERSIDADE F)*

Reconhece que a cultura, ao exercer as funções de formadora e expoente das manifestações individuais e coletivas da humanidade, desdobra-se em diversas formas que podem ser pensadas a partir de pelo menos três eixos de desenvolvimento: “as ações sociocomunitárias, as manifestações artísticas e as atividades de lazer” que podem estar interligados entre si (PDI, UNIVERSIDADE F).

Salienta que a busca pela pluralidade de manifestações que a sociedade engendra, especialmente, no que diz respeito àqueles sujeitos situados à margem

dos processos interculturais, sociais e políticos justifica-se pela importância de enfocar

> *“a diversidade e a criatividade político-cultural, as experiências coletivas que conformam a história das práticas sociais, na busca de estabelecer uma troca com a comunidade e de potencializar a produção cultural e a construção da cidadania, entendida, nesse caso, como um conjunto de direitos e deveres políticos, civis e sociais do indivíduo perante a sociedade. Entre esses direitos sociais, destacam-se os culturais [...] esse conjunto de direitos compõe a noção de cidadania cultural, componente indispensável da plena cidadania. (PDI, UNIVERSIDADE F)*

Para concretizar tal entendimento, essa universidade prevê um projeto de ação cultural que vislumbra materializar a política e as ações culturais da instituição. Embora não sejam esmiuçadas no documento as particularidades de cada ação elencada, consideramos um diferencial toda a proposta e fundamentação apresentada por esta instituição.

Essa é a única que destaca o esporte e o lazer como direitos sociais constitucionalmente garantidos e reconhece a sua responsabilidade em relação à garantia do acesso a esse direito pela comunidade, não os atrelando ao atendimento de outras necessidades (assistência estudantil, assistência ao trabalhador, etc.).

Destaca que o Centro Desportivo Universitário tem por finalidade atuar junto às unidades acadêmicas e demais órgãos institucionais, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão nele desenvolvidas, bem como proporcionar à comunidade universitária oportunidades para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer. Elenca uma série de projetos voltados para acadêmicos, servidores, escolas de educação básica e outros segmentos sociais.

4.2 Concepções de lazer subjacentes nos documentos das IES

Considerando que toda (não) proposição traz imbricada em seu bojo uma concepção, procuramos compreender os entendimentos de lazer que balizam os apontamentos feitos nos documentos das instituições investigadas, tendo em vista que todas, pelo menos em algum momento, referendam o esporte e lazer.

Ao serem elencadas, majoritariamente, ações envolvendo atividades de esporte e lazer como forma de atender outras demandas concernentes a vida acadêmica, evidencia-se a preponderância de um caráter funcionalista nas proposições.

O lazer na perspectiva funcionalista, no decorrer da história, é amplamente difundido nas iniciativas governamentais. Traz, em geral, uma conotação salvacionista à medida que sinaliza as manifestações de esporte e lazer como mecanismos capazes de solucionar ou amenizar problemas das mais diversas ordens, sobretudo, de um determinado segmento social, qual seja das populações carentes.

No caso das universidades investigadas, o esporte e lazer são assinalados como estratégias assistenciais tanto ao estudante quanto ao servidor público.

Enunciados como:

> *"Oportunizar o acesso a serviços, cultura, esporte e lazer para estimular a permanência dos estudantes na universidade" (UNIVERSIDADE E).*
>
> *"A assistência estudantil está direcionada as atividades destinadas ao fortalecimento do desempenho acadêmico, da permanência estudantil através de atividades de cultura, de lazer e de esporte principalmente para aqueles discentes com vulnerabilidade social" (UNIVERSIDADE C).*
>
> *Faz-se necessário associar a qualidade do ensino ministrado as políticas efetivas em assistência a fim de atender as necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, etc. (UNIVERSIDADE I).*

Revelam o uso do esporte e lazer de forma restrita e reducionista, concebendo-os apenas como estratégia de minimização das dificuldades, tensões e conflitos que emergem no cotidiano da vida acadêmica.

A preocupação volta-se à manutenção do estudante na instituição sob pena de não garantir o recebimento das verbas prometidas via REUNI. A condição de repasse dos recursos destinados pelo programa está atrelada ao cumprimento de metas pré-estabelecidas conforme discorremos anteriormente.

Uma das metas do REUNI é o aumento das taxas de conclusão dos cursos presenciais para 90%. Assim, os escores de evasão são estabelecidos como um dos indicadores de desempenho das instituições de ensino e costumam ser associado ao sucesso ou insucesso institucional quando o índice de evasão se eleva ou fica acima da média de outras instituições ou de metas com as quais é feita a comparação.

Conforme o documento Diretrizes do REUNI, "a taxa de conclusão dos cursos de graduação é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressos" (BRASIL, 2008). Assim, o que é mensurado não são diretamente as taxas de sucesso, mas em que medida a universidade é eficiente na

ocupação de vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos. Em última análise, esse indicador não considera se os estudantes ingressos no Vestibular (ENEM, SISu e outros processos seletivos) concluíram seu curso, e sim se a universidade consegue substituir com eficiência os alunos que abandonaram seus cursos[32].

Tendo em vista essa configuração, a inserção do esporte e lazer no rol de estratégias de promoção da inclusão social de discentes com vulnerabilidade social, de otimização da permanência do alunado na instituição e diminuição dos índices de evasão reverbera o entendimento assistencialista que perpassa as colocações acerca desses, uma vez a se justifica baseando-se em critérios de utilidades.

Nessa direção, Mascarenhas (2003), salienta a necessidade de acurar a designação de grupos sociais como vulneráveis à medida que essa denominação nos projetos e ações voltados ao esporte e ao lazer podem engendrar um caráter clientelista, assistencialista, paternalista ou utilitarista, oferecendo como benesse aquilo que é um direito dessas comunidades. Essa compreensão de carência, segundo o autor, acaba fortalecendo a discriminação desses grupos.

Outro aspecto que reforça o caráter assistencialista que as proposições apresentam, é que as poucas proposições elencadas pelas universidades caracterizam-se como ações isoladas, esporádicas e eventuais, sem referendar a garantia de recursos para sua efetivação e continuidade. Apenas quatro universidades apresentam nominalmente ações a serem realizadas nas quais são arrolados, majoritariamente, festivais culturais, campeonatos e torneios esportivos.

As que enunciam programas a serem implementados vislumbram a promoção e a qualidade de vida do sujeito.

Reforçando essa concepção, indicativos como

> *"Propor programas para dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer, voltados para a qualidade de vida, devem oportunizar à comunidade interna e externa a prática de atividades físicas como fator de saúde, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida" (PDI, UNIVERSIDADE A)*

[32] Estratégias estabelecidas pelo programa como mobilidade estudantil, transferência de universidades privadas para universidades públicas (embora não conste textualmente nas diretrizes, essa situação tem sido uma constante), flexibilização dos currículos e no uso de "práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem" (diga-se ensino semipresencial aos moldes da educação a distância), apresentam-se como alternativas para evitar vagas ociosas (DIRETRIZES DO REUNI, 2007, p.10).

> *Eixo: Estratégia e objetivos institucionais. Meta/Programa: Melhorar a qualidade de vida. Estratégia: Focar o esporte, lazer e meio ambiente e a conscientização sobre os problemas decorrentes do uso de drogas, técnicas de dinâmica de grupo e empreendedorismo (PDI, UNIVERSIDADE, O)*

Remontam a ideia de aptidão física relacionada à saúde como eixo norteador. De forma restrita, essa perspectiva remete ao entendimento de qualidade de vida como sinônimo de saúde e ausência de doenças. A propagação da compreensão de que se adquire qualidade de vida, basicamente, praticando exercícios físicos e cultuando hábitos saudáveis é muito recorrente atualmente tanto na academia, a partir estudos realizados nas áreas biológicas, quanto no cotidiano através das mídias impressa, televisiva entre outras.

O grande problema desse ideário cada vez mais difundido é que desconsidera a relação direta e indireta de outros fatores da vida humana e as condições objetivas de vida dos sujeitos. Além de desconsiderar fatores ambientais, ético-políticos, socioculturais vincula a qualidade de vida a uma condição individualista de adoção de atitudes “saudáveis” para a busca individual de saúde desconsiderando a coletividade em que o sujeito se insere.

Segundo Amaral (2005, p. 9) essa concepção refere-se a uma abordagem hegemônica dos conceitos de lazer, a medida que pauta “apenas a vontade do indivíduo para a prática do lazer, sendo esse fruto de uma atitude própria diante das oportunidades. Assim, agrega características da sociedade capitalista, realçando-o como uma atitude que depende de motivação intrínseca e determinantes sócio-político-econômicos.

Conforme destacam Farias, Silva, Medeiros e et al (2005), é imperativo assumir criticamente uma concepção dialética de qualidade de vida considerando os diversos aspectos que permeiam a vida dos sujeitos, incluindo o questionamento da relação qualidade de vida com exercício físico e lazer, problematizando “seus mitos e falsas verdades (ideologia), sublinhando a vida pessoal e comunitária pautada pela prática crítica e compromissada com a qualidade de vida como um todo, para além da busca individual (ista) da saúde orgânica”. (p. 90)

Embora tenhamos destacado anteriormente a abordagem da Universidade F como um diferencial à medida que se reconhece responsável pela garantia do acesso as manifestações culturais, identificamos que ao propor ações concretas relacionas, especialmente, ao esporte e ao lazer, essa instituição também prioriza os

aspectos relacionados a promoção da qualidade de vida e vivência do esporte competitivo.

No que tange a manifestações culturais tais como teatro, dança, música, acesso acervos históricos, museus, bibliotecas e espaços culturais como instrumentos de difusão e interação entre diferentes culturas, sinalizam um entendimento de lazer mais abrangente.

O que nos parece confuso é que as manifestações culturais citadas acima, ao serem abordadas no Plano de Desenvolvimento Institucional, no eixo *Cultura* em um primeiro momento figuram como experiências de lazer, o que em nosso entendimento é verdadeiro. No entanto, no eixo seguinte, intitulado *Esporte e Lazer*, essas não aparecem no rol de possíveis manifestações de lazer. Nesse são relacionadas, preponderantemente, atividades corporais e esportivas.

Assim, ao referir-se ao esporte e lazer, especificamente, o PDI da Universidade F reverbera esses como direitos sociais constitucionalmente garantidos, justificando que " são fundamentais para a promoção e a prevenção da saúde, bem como para o desenvolvimento, pelos indivíduos, de hábitos saudáveis de vida" (PDI, UNIVERSIDADE F).

Se considerarmos os dois eixos que referendam o lazer, essa universidade ora apresenta um entendimento bastante próximo da abordagem hegemônica, conforme as características que descrevemos anteriormente e ora aproxima-se do que Amaral (2005) chama de abordagem contra hegemônica educativa do lazer.

Para Amaral (2005), essa abordagem propõe possibilitar uma maior democratização cultural através do lazer, no sentido de possibilitar maior criticidade diante dos problemas sociais. Podemos inferir que essa instituição, alimenta tal preocupação ao salientar que as experiências coletivas que compõe a história e constituem nosso acervo cultural são fundamentais na compreensão da atual configuração social e na construção da cidadania (PDI, UNIVERSIDADE F).

Ao destacar que a proposta contra- hegemônica educativa, o faz apenas do ponto de vista educativo buscando maiores possibilidades culturais, e não propõe uma transformação social efetiva, Amaral (2005) nos auxilia a compreender que a referida instituição embora tenha um entendimento mais avançado em relação as demais, ainda apresenta uma compreensão restrita no que tange a proposição de práticas de lazer que rompam com os moldes capitalistas.

Ao enfatizar os hábitos saudáveis como referencial agrega valores e determina como o sujeito deve ser, dissemina modelos corretos a serem seguidos, padrões legítimos e estilos de vida distintos a serem adotados.

4.3 A (des) articulação com a Política Nacional do Esporte

Tendo em conta a discussão em torno das manifestações de esporte e lazer nas universidades, buscamos entender *como* ou *se* a questão figura na Política Nacional de Esporte.

Diferentemente da última versão que enunciava em seus objetivos o aprimoramento da aptidão física e saúde, massificação das práticas desportivas e utilização do desporto como expoente de nacionalidade no cenário internacional, a atual Política Nacional do Esporte destaca a democratização e universalização das diferentes manifestações de esporte e lazer.

No âmbito universitário, recentemente o Ministério do Esporte (ME) tem direcionado algumas iniciativas. Desde 2005, em parceria com o COB e a CBDU o ME instituiu as Olimpíadas Universitárias em substituição aos - JUBs.

As Olimpíadas Universitárias, segundo dados do ME[33] têm reunido milhares de estudantes dos diferentes estados. A edição de 2008[34] realizada em Maceió reuniu 3.235 universitários, de 190 instituições de ensino superior[35], de 26 estados e Distrito Federal.

Esse grande projeto, embora apresente como objetivo explícito a detecção de novos talentos esportivos, vislumbrando a formação de atletas de alto rendimento, está arrolado a proposições do eixo referente ao Esporte Educacional, do documento final da I Conferencia Nacional do Esporte, realizada em 2004.

O referido documento, base da atual Política Nacional do Esporte (PNE), aprovada pelo Conselho Nacional de Desporto em junho de 2005, traz em seu texto, no eixo Esporte Educacional a seguinte resolução:

> A Política de Esporte e Lazer desenvolvida nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, deverá garantir a ampliação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Programas já existentes no âmbito do Esporte e lazer, beneficiando o maior número de crianças, jovens, trabalhadores e idosos que estejam incluídos no ensino regular ou não, bem como as pessoas com

[33] Disponíveis em: http://www.cob.org.br/eventos/docs/COB_RevistaOE_FINAL_02JUL.pdf Acessado em 12 de janeiro de 2012

[34] Ano mais recente de dados disponibilizados.

[35] Não encontramos uma listagem com o nome das instituições participantes, entretanto, ao consultarmos as tabelas de jogos identificamos a participação 14 universidades federais.

> necessidades especiais, garantindo a organização de espaços, com acessibilidade universal, onde estes possam ter participação, conduzidos por profissionais qualificados. **Implantar um programa nacional de bolsa atleta para alunos carentes do ensino básico e universitário. Garantir o repasse dos recursos destinados pela Lei 10.264/01 (Agnelo/Piva), referente ao financiamento do desporto escolar e universitário diretamente para a CBDE e CBDU**. (BRASIL, 2004, p.21, grifo nosso)

O trecho destacado além de referendar a bolsa atleta – benefício destinado especificamente para a formação de atletas de alto rendimento – salienta o repasse da Lei Agnelo Piva[36] - que discorre sobre repasses ao COB e CPB- evidenciando a vinculação com o sistema esportivo nacional.

A partir desse texto é possível perceber a importância que o Estado vem dando às práticas esportivas vinculadas ao viés do alto rendimento, atrelando-as aos indicativos referentes ao esporte educacional.

Ao buscarmos identificar se as universidades investigadas tomam parte nessa iniciativa de fomento a esportivização dos estudantes universitários encontramos uma instituição que dá vazão a essa proposição do ME em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Sinalizando como uma estratégia de assistência estudantil a Universidade N estabelece como ações " estruturar o Programa Atleta de Alto- Desempenho; apoiar a promoção dos JUBs; promover os Jogos Universitários da UF..; e promover os Jogos Universitários do Nordeste". (PDI, UNIVERSIDADE N).

Ainda que tenhamos encontrado apenas uma universidade que traz consubstanciado em seu PDI a promoção do esporte de rendimento, o esforço empreendido pelo Estado para promover o esporte universitário é bastante visível.

É nítida a mobilização desse em direção ao entrelaçamento do esporte universitário ao mundo esportivo profissional. Segundo o presidente da CBDU,

> Os JUBs deixaram de ser um grande encontro para se tornar uma competição de alto nível. Esse salto de qualidade técnica e organizacional só foi possível por causa da parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), que criou um novo estágio para o esporte universitário brasileiro. Atingimos um padrão internacional na realização de eventos esportivos e (sic) a credibilidade e o nível técnico do COB foram fundamentais[37].

---

[36] A Lei Agnelo/Piva sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso" em 16 de julho de 2001 estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

[37] COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. O lugar do esporte e na escola. Disponível em: http://www.cob.org.br/eventos/docs/COB_RevistaOE_FINAL_02JUL.pdf . Acesso em 13 de Janeiro de 2012.

O depoimento revela quão privilegiado tem sido o esporte de alto rendimento em detrimento do esporte participativo e esporte educacional, embora, o desporto universitário seja identificado como Esporte Educacional no documento final da I Conferência.

O ideário competitivo está tão em voga que as Olímpiadas Universitárias são entendidas como uma "ótima oportunidade para disseminar os ideais olímpicos no meio acadêmico e propagar os valores universais do esporte na sociedade[38]."

Nessa conformação, o dinheiro público financia o esporte universitário, através do repasse de verbas ao COB, e ausenta (de forma imposta ou consentida) as IES e os estudantes do diálogo com o campo esportivo, colocando em xeque a legitimidade das ações, contrariando, inclusive, os preceitos de governos identificados como democráticos e populares. (STAREPRAVO, et al, 2010).

Além da referência ao desporto universitário, no documento final da I Conferência Nacional, as universidades são mencionadas nos eixos de "*Esporte e Alto rendimento"* como possíveis parceiras de centros de Formação, Treinamento, Pesquisa e Excelência esportiva juntamente com as Forças Armadas e outras entidades e no eixo "*Esporte e Conhecimento*" como lócus de produção de conhecimento e parceiras no fomento, formulação e apoio de iniciativas de formação continuada a gestores e professores da Educação Básica.

Destacamos, também, os eixos temáticos "Esporte, Lazer e Qualidade de Vida" e **"**Direito ao Esporte e ao Lazer" que acenam as universidades, entre outras instituições públicas, como possíveis estruturas a serem otimizadas como espaços/equipamentos para o esporte e lazer.

Levando em consideração a discussão que empreendemos no capítulo anterior acerca dos possíveis espaços de lazer e a necessidade de otimizar espaços/ equipamentos públicos não específicos, essa resolução nos parece bastante profícua. É pertinente salientar, no entanto, que essa proposição deve encontrar guarida por parte da instituição, para não configurar-se uma imposição alheia aos seus interesses.

---

[38] COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. O lugar do esporte e na escola. Disponível em: http://www.cob.org.br/eventos/docs/COB_RevistaOE_FINAL_02JUL.pdf . Acesso em 13 de Janeiro de 2012.

Outra iniciativa do Ministério do Esporte lançada, efetivamente, em 2011, pela SNEED/ME após a implementação de projetos pilotos em algumas instituições de ensino superior (UFSM, UnB, UFMG, UFOP, UFES) é Programa Segundo Tempo Universitário.

O PST Universitário estabelece como objetivo principal "democratizar o acesso à prática esportiva da comunidade acadêmica das Universidades públicas, prioritariamente do corpo discente, promovendo a constituição de Núcleos Universitários do Programa Segundo Tempo" (BRASIL, 2011).

Para viabilizar tal propósito elenca o seguinte rol objetivos específicos:

> - Oferecer práticas esportivas educacionais, para atender às necessidades de formação e desenvolvimento esportivo, de recreação e lazer, resgatando e elevando a cultura corporal dos beneficiados do Programa, sendo o esporte de alto rendimento uma alternativa possível de ser disponibilizada.
> - Diversificar a oferta das atividades, valorizando outras práticas corporais;
> - Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade, estabelecendo como foco a formação integral dos participantes;
> - Inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico da Universidade, oferecendo oportunidade de estágios aos seus estudantes;
> - Desenvolver atividades esportivas de integração entre a comunidade universitária;
> - Garantir a oferta de diferentes modalidades, bem como a sensibilização para aqueles que não praticam esporte;
> - Incentivar a articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2011)

Como a instituição do PST Universitário é uma proposta recente, não encontramos nos documentos de nenhuma das universidades investigadas referencia a ele.

Estudos referentes ao Programa Segundo Tempo na escola [39] apontam para as limitações desse programa no que tange a efetivação de sua proposta, sua execução por instituições do terceiro setor, sua *outdoorização* em função de finalidades e interesses políticos e apresentação de um rol de capacidades (promoção da saúde, da qualidade de vida, inclusão social, etc.) não possíveis de aferir com precisão.

Pensamos, todavia, que a implementação do programa nas universidades pode suscitar a instituição problematizar a questão do esporte e lazer. Cabe destacar que essa é uma iniciativa pioneira por parte do Estado no que tange o incentivo do esporte e lazer na universidade com caráter de participação. Como foi mencionado no capitulo anterior às ações relacionadas ao esporte na universidade

[39] MOREIRA, NEVES, CUNHA, et al (2007); ATHAYDE (2009); SILVA E ROCHA (2007)

privilegiavam, quase que exclusivamente o esporte de rendimento, a organização de equipes e eventos competitivos.

Há que se acurar, no entanto, que as ações ora mencionadas, como referido anteriormente, são iniciativas gestadas pelo Ministério do Esporte para as universidades, sem contar com a parceria dessas ou do Ministério da Educação na composição das mesmas. Neste sentido, são proposições padronizadas, heterônomas, que desconsideram a participação da comunidade beneficiada na elaboração de suas propostas. As universidades ficam alheias à elaboração, execução e avaliação das ações implementadas exprimindo uma postura de passividade frente a esses projetos.

Embora não tenhamos encontrado ressonância dessas iniciativas governamentais nos documentos da maioria das universidades investigadas, é pertinente considerar as colocações de Nunes Junior e Amaral (2010) que advertem que a cautela a ser tomada com relação à aplicabilidade de programas nacionais de políticas públicas é no sentido de observar as demandas e a realidade social do local onde o projeto será executado.

Os autores, ao analisarem a implantação do PST na cidade de Campinas, alertam que os municípios adotam políticas públicas ministeriais que muitas vezes "não condizem com a realidade social encontrada, com os reais interesses da população local. Nesses casos, é construída a ideia de uma democracia alicerçada pelo decreto, e não pela participação popular". (NUNES JUNIOR, AMARAL, 2010, p.9) Ainda que se refiram ao PST na escola, tais considerações, em nosso entendimento, podem ser estendidas às universidades públicas também.

A universidade enquanto *lócus* de produção e disseminação do conhecimento, em nosso entendimento, tem todas as condições objetivas para configurar-se em uma formuladora, executora e indutora de possíveis ações relacionada ao esporte e ao lazer. Não queremos dizer com isso, que a instituição deva rechaçar de antemão propostas de fora, entretanto, deve identificar, problematizar e reorientar os objetivos subjacentes dessas a luz de um projeto de universidade socialmente referenciada, engajada em fortalecer seus laços com comunidade.

As propostas do ME, objetivam atender exclusivamente a comunidade universitária, prioritariamente os discentes. Todavia, compreendendo que as

universidades públicas devem recobrar os preceitos que balizam o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, concordamos com Paro (2001) quando esse afirma que numa instituição que se faça educativa, o desporto, a arte, os valores e todas as demais dimensões da cultura humana estão presentes, promovendo, com isso, a real inclusão do cidadão na sociedade.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, o esforço que empreendemos foi o de compreender se as universidades *públicas brasileiras formulam políticas de esporte e lazer e qual o teor das propostas existentes*.

Com a preocupação em compreender as especificidades do problema e sua relação com a totalidade, destacamos como parte constitutiva dessa investigação a explicitação de como acontecimentos históricos, orientações político- econômicas e o ordenamento social interferem na conformação do ensino superior, do tempo (não) livre, das políticas de esporte e lazer.

Dessa forma, intentamos elucidar, minimamente, como aspectos relacionados ao contexto socioeconômico, transformações da universidade na sociedade contemporânea, suas repercussões e implicações no reordenamento da Educação Superior, em especial, na universidade pública conformam sua função social na atualidade.

Nessa direção, destacamos que o contexto social contemporâneo, que estabelece a égide da sociedade do conhecimento, confere às universidades uma nova conformação pautada no estabelecimento da ciência e inovação tecnológica como sinônimo de eficácia e parâmetro de competitividade. Nestes moldes acentua-se um referencial pragmatista, competitivo e privatizante em detrimento de um referencial mais acadêmico, em que a educação superior é vista como um bem público e direito social (FERREIRA, 2010).

Este cenário em que se apresenta cada vez mais tênue a distinção entre público e privado fere, em grande medida, o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Subverte o compromisso social da universidade com a promoção e garantia da democratização do acesso ao conhecimento e do desenvolvimento social e, paulatinamente, destitui a extensão universitária como forma de interação com a sociedade.

Tal movimento, além de fragilizar as inter-relações com a comunidade, coloca em xeque o papel das instituições públicas enquanto promotoras da

emancipação humana e responsáveis pela democratização do acesso e apropriação dos bens culturais produzidos pela humanidade.

O esporte e o lazer enquanto expoentes dessas manifestações culturais são capazes de criar códigos e funções que desvendam a realidade e ao mesmo tempo a constituem, tanto na perspectiva da conservação, quanto da sua transformação. No entanto, estão fortemente condicionados às condições socioeconômicas dos sujeitos, tendo em vista que o acesso a espaços/tempo de vivências corporais e de divertimento são determinados pelas condições de trabalho das pessoas (MARCASSA, 2003).

Não obstante se compreenda que as relações sociais capitalistas impossibilitam a vivência de um tempo essencialmente livre, é imperativo a reflexão *das* e *acerca das* e políticas públicas de lazer, pautando a necessidade de pensar um tempo em que a população possa usufruir atividades que possibilitem o desenvolvimento da criticidade, do gosto estético, do senso ético e promovam a superação dos padrões estereotipados e veiculados a sociedade do consumo (AMARAL, 2006).

Para que se garanta a eficácia de uma política pública, concebida nessa prerrogativa, devem ser garantidos recursos financeiros, intelectuais, reguladores e materiais (MULLER E SURELL, 2005). Assim, uma política pública de esporte e lazer deve prever financiamento, espaços/equipamentos, animação sociocultural e divulgação (MARCELLINO, 2006). No que tange aos espaços e equipamentos, as escolas e universidades podem constituir-se em uma possibilidade bastante profícua, tendo em vista que além de possuírem estrutura física capaz de abrigar vivências de vários campos de interesse, ainda têm, enquanto espaços formativos, a incumbência de abarcar outras formas educativas para além da educação formal.

A incursão sobre os aspectos históricos que forjam a relação das universidades brasileiras com o esporte e lazer nos permitiu compreender que essa data de longo tempo. Os registros históricos evidenciam que até a década de 1940 essas manifestações emergiam no bojo das instituições universitárias sem interferência direta do Estado. Após esse período, as entidades esportivas passam a ser sujeitadas aos seus interesses estatais, configurando-se, inclusive, como instrumento de veiculação a ideologia do regime militar. Depois de vivenciar um período de crise a partir do final da década de 1980, até início dos anos 2000, o

esporte universitário passa por uma transição e é novamente objeto de atenção do governo. Atualmente, há um movimento mais consolidado do governo federal em direção ao fomento do esporte de rendimento e uma recente iniciativa de incentivo ao esporte e lazer através da implementação do Programa Segundo Tempo Universitário.

No que tange a pesquisa engendrada a partir da análise dos PDIs, PPIs e Projetos do REUNI, destacamos que todas as universidades investigadas fazem referências ao esporte e lazer em pelo menos um de seus documentos.

Os apontamentos aludem, preponderantemente, ao esporte e lazer como estratégia de assistência estudantil; como elementos a serem contemplados na melhoria da infraestrutura institucional; como mecanismos de interação com a comunidade externa e entre a comunidade interna; de melhoria das condições de trabalho dos servidores. Apenas uma das instituições aponta o esporte e lazer como um direito social, constitucionalmente garantido indispensável para a formação cidadã do sujeito.

A investigação empreendida nos permite evidenciar que o papel atribuído ao esporte e ao lazer pelas universidades está intimamente ligado ao novo ordenamento que instituições públicas federais vêm protagonizando. Associados majoritariamente, a estratégias de assistência ao estudante, figuram como um acessório para estimular a permanência discente na instituição corroborando com uma das metas do plano de reestruturação das IFES (REUNI).

As poucas menções feitas à extensão universitária também revelam sinais dos novos contornos que arremetem as IFES ao desmantelamento do princípio da indissociabilidade entre ensino- pesquisa- extensão. As políticas atuais, atreladas às diretrizes de organismos internacionais, focam especialmente o desenvolvimento do ensino, em detrimento da pesquisa e, especialmente, da extensão.

Embora tenhamos localizado uma instituição que se reconhece como responsável pela democratização do esporte e o lazer a medida que esses estão no rol direitos sociais constitucionalmente garantidos, podemos afirmar que as universidades investigadas não possuem políticas e/ou não incluem em sua política institucional proposições concretas destinadas ao esporte e ao lazer.

Tal constatação pauta-se na falta de precisão dos apontamentos relativos a questão. Ainda que todas as universidades englobadas na investigação façam

referência ao esporte e lazer em seus documentos, especialmente mencionando a necessidade de apoiar, incentivar essas manifestações, não sinalizam a quais atividades se referem, e não prevêem propostas objetivas, não apontam os mecanismos para materializar as vivências de esporte e lazer e não assinalam as fontes de financiamento.

No que tange as concepções subjacentes as menções do esporte e lazer nos documentos consultados, prepondera o caráter funcionalista assistencialista, a medida que as colocações justificam-se baseadas em critérios de utilidades. Assim, os registros referem-se, majoritariamente, à estratégias de promoção da inclusão social de discentes com vulnerabilidade social, de otimização da permanência do discente na instituição e diminuição dos índices de evasão.

O caráter assistencialista é reforçado pelas escassas proposições apresentadas, que quando elencadas caracterizam-se como ações isoladas, esporádicas e eventuais, sem garantias de efetivação e continuidade.

No tocante a Política Nacional do Esporte, as IFES, de maneira geral, não trazem em seus documentos alusões convergentes aos apontamentos dessa. Embora uma instituição refende em seu PDI os preceitos difundidos pela atual PNE, no que concerne ao esporte de alto- rendimento, o restante das universidades não faz menção a essa. O Programa Segundo Tempo Universitário, em virtude da recente implantação, não apresenta qualquer registro.

Neste ínterim, destacamos que o fomento às práticas de esporte e lazer na universidade, sob a ótica do Estado, apresenta-se como uma ferramenta de formação de possíveis talentos esportivos, enquanto que para as universidades investigadas representa um acessório para outras prioridades. Assim, ainda que não coadunem entre si, tanto as políticas do Ministério do Esporte quanto as políticas institucionais das universidades desconsideram as manifestações de esporte e lazer enquanto possibilidade de práticas de emancipação, dotadas de um potencial de educação humana durante o tempo livre.

Considerando que o acesso e apropriação aos bens sociais e culturais faz parte da formação cidadã dos sujeitos e que o esporte e o lazer são manifestações culturais historicamente produzidas, assinalamos que as universidades enquanto lócus de produção e disseminação de conhecimento, devem minimamente, problematizar essa questão.

Em nosso entendimento, a instituição universitária tem todas as condições objetivas para configurar-se em uma formuladora, executora e indutora de possíveis ações relacionada ao esporte e ao lazer. Em diálogo com as esferas estatais pode estabelecer parcerias e elaborar propostas que condizam com seus princípios, objetivos e compromisso social com a comunidade interna e externa.

Em virtude da natureza da pesquisa (bibliográfica e documental), cabe ponderar que ações pontuais ou derivadas dos diferentes cursos (centros de ensino, institutos, faculdades) que compõem as IES, no que tange ao esporte e lazer, escapam ao foro desta investigação. Também, a existência do registro documental não garante a efetivação de ações concretas. No entanto, reiteramos que expressar a preocupação com o esporte e o lazer na elaboração de suas políticas e enunciar proposições objetivas pode sinalizar a importância que as universidades atribuem a essas manifestações enquanto veículo de formação, já que tanto orientam a comunidade interna quanto influenciam a externa.

Nessa direção, o esporte e o lazer, ao estarem inseridos na pauta de preocupações das universidades, especialmente na redação de seus documentos, poderá evidenciar uma forma de essas instituições se comprometerem com a vida social do lugar onde estão inseridas e a de se articularem com a sustentação e a garantia dos direitos humanos.

Desse modo, esse comprometimento com a democratização de bens culturais pode – a partir da proposição de experiências de esporte e lazer – vir a se configurar numa possibilidade concreta de as universidades fortalecerem os laços com a comunidade interna e externa, de se constituírem como espaço aberto a diferentes práticas educativas, de viabilizarem um estreitamento entre a teoria e a prática social, e de recobrarem sua vocação enquanto promotora da emancipação humana, intensificando assim sua relevância social.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bárbara Schausteck; MARCHI JUNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). In: **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 73-92, out/dez, 2010.

ALMEIDA FILHO, Naomar. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; e ALMEIDA FILHO, Naomar**. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008. p.107- 260.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas Públicas de Lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa? In: PADILHA, Valquiria (org). **Dialética do Lazer.** São Paulo: Cortez, 2006. p.156-172

AMARAL, Silvia Cristina Franco; ALVES, Danilo Almeida; BERTAZZOLI, Breno. Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo de Campinas: Qual(is) concepções sustenta(m) suas ações? In: **Revista Conexões**. v. 3, n. 2, p. 74-108, 2005.

ANDES. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Caderno ANDES** 25. Brasília: 2007. p.62

ANDES-SN. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES** nº 2. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN, 2003.

ATHAYDES, Pedro Fernando Avalone. **Programa Segundo Tempo: Conceitos, gestão e efeitos**. Dissertação (mestrado)- 177f. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Brasília, 2009

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Ed.Persona, 1977. 118p.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUÍ, Marilena. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior.** Brasília : UNESCO, 2008. 44p.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 17 de jun. de 2010.

_____. **I Conferência Nacional do Esporte – Documento Final**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004. Disponível em:

http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp. Acesso: 15 de janeiro de 2012

_____. Política Nacional do Esporte. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005. Disponível em: pt.scribd.com/doc/30773326/**Politica**-**Nacional-de-Esportes**-Brasil. Acesso: 15 de janeiro, 2012.

_____. **Decreto-Lei n.º 3.199**, de 14 de abril de 1941. Rio de Janeiro, 1941. Dispõe sobre as bases de organização dos desportos em todo pais. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>. Acesso em: 31 de jul. de 2010.

_____. **Decreto- Lei nº 3.617 de 15 de setembro de 1941**. Dispõe sobre as bases de organização dos desportos universitários. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126690/decreto-lei-3617-41>. Acesso em: 28 de jul. de 2010.

_____. **Decreto- Lei nº 42187 de 11 de maio de 1938**. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacao-1-pe.html> Acesso em: 31 de jul. de 2010.

_____. **Lei de Inovação Tecnológica nº 10973 de 2 de dezembro de 2004.** Dispões sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5563.htm> .Acesso em: 30 de out. de 2010.

_____. **Decreto-Lei nº 3860 de 9 de julho de 2001.** Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2010

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 20 de out. de 2010.

_____.**Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

_____. **Proposta do PL nº 7200/2006** enviado ao Congresso Nacional, apensado no PL nº4214/04 e no PL nº 4221/04. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/prop_detalhe.asp?id=327390> Acesso em: 20 de dez. de 2010

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_**pnaes**.pdf. Acesso em 18 de janeiro de 2012.

_____. **Diretrizes do REUNI**. Brasília, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf Acesso em 24 de agosto de 2010.

_____. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo Universitário**, 2011. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp. Acesso em 07 de fevereiro de 2012.

CBDU. **Revista da Confederação Brasileira de Desporto Universitário**. Disponível em <http://www.cbdu.org.br> Acesso em: 20 de ago. de 2010.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** 4ª ed. Campinas: Papirus. 1994. 225p.

CATANI, Afrânio Mendes. **Processo de Bolonha e Impactos na América Latina: Incursão Preliminar em Produções Bibliográficas Recentes**. Disponível em: <www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/4.pdf> Acesso em 5 de jan. de 2011.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. A educação superior. In: OLIVEIRA, Romuldo Portela; ADRIÃO, Theresa. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-84.

CATANI, Afrânio Mendes, LIMA, Licídio, AZEVEDO, Mario Neves de. O Processo de Bolonha, a avaliação da Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova In: **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, vol. 13, núm. 1, março, 2008. p. 7-37. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2191/219114876002.pdf> Acesso em 15 de nov. de 2010.

CHAUÍ, M. Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. Seminário: **Universidade: Por que e como reformar?** Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <http://www.ufv.br/reforma/doc_ru/MarilenaChaui.pdf.> Acesso em 3 de mai. de 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 205p.

CHAVES, Marcia; GAMBOA, Silvio Sanchez. A Relação Universidade e Sociedade: A “Problematização” nos Projetos Articulados de Ensino, Pesquisa e Extensão. In: ETD – **Educação Temática Digital**, Campinas, v.10, n.1, p.144-167, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/viewArticle/1927>. Acesso em 18 de out. de 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Matheus Thomaz. Plano Nacional de Assistencia Estudantil e a Expansão de vagas nas Universidades Federais: Abrindo o debate. In: Anais do **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana**, Florianópolis- SC- Brasil

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, Especial, p.703-725, out., 2004.

FARIA, Elizabeth Rezende. FREITAS, Sarah Maria; MACHADO, Gislene, Silva. Educação, Exercício, Lazer e Qualidade de Vida nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Teoria Prática. In: **Olhares & Trilhas,** Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 87-97, 2005

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque**. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR, 2006.

FERREIRA, Suely. Reforma da Educação Superior no Brasil e na Europa: Em debate novos papeis sociais para as universidades. In: 33ª **Reunião Anual da Anped,** Caxambu, 2010. Disponível em: <www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/.../GT11-6003--Int.pdf.> Acesso em: 30 de nov. de 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 2ª ed. Rio de Janeiro:. Paz e Terra, 1975. 93p.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.119 – 126.

GUILHERMETI, Paulo; PADILHA Regina Célia Habib Wipieski. **Trabalho na universidade: docência no contexto das relações capitalistas**. UNIMEP, 2008. Disponível em: http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacao/TRABALHO_UNIVERSIDADE_DOCENCIA_CONTEXTO_RELAES_CAPITALISTAS.pdf

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf > Acesso em: 10 de jan. de 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p.55-75.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça.** São Paulo: Hucitec, Unesp, 1999.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise . Reuni: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In: **Educação e Realidade** v. 34, n 1. p. 49-64. 2009.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, Pablo (org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Cortez, 2001. 232p.

LIMA, Kátia Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF. In: ADUFF/ Associação dos Doentes da UFF- **Seção Observatório da Universidade** de 17 de set. de 2009. Disponível em: <www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf> Acesso em 14 de out. de 2010

LINHALES, Meily Assbú. São as Políticas Públicas para a Educação Física/ Esporte e Lazer, efetivamente, políticas sociais? **Motrivivência**: Florianópolis, UFSC, n.11, p. 71-81, set. 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Cortez,1989.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EDU, 1986. 99p.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 256p.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935).** 2002. p. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. As Faces do Lazer: Categorias Necessárias à sua Compreensão. In: XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Caxambu- MG. **Anais do XIII CONBRACE**, 2003. p.1-8.

_____. A Animação Cultural e a Nova "Identidade Política da Sociedade Civil no Brasil. **In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/viewFile/1522/762>. Acesso em: 28 de dez. de 2009.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização.** Campinas: 7.ed Papirus, 2000. 88p.

_____. O Lazer e o Espaço da Cidade. In: ISAYAMA, Helder; LINHALES, Meily Assbú (orgs.). **Sobre Lazer e Política: Maneiras de Ver, Maneiras de Fazer.** Belo Horizonte- MG: Editora UFMG, 2006. p.65-92.

_____. Lazer e Sociedade: Algumas Aproximações. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações.** Campinas- SP: Editora Alínea, 2008. p.11-26.

MARIN, Elizara Carolina, et al. Políticas de Lazer Nas Instituições de Ensino Superior: Uma Discussão a partir da Práxis In: XIX Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 2009, Florianópolis. **Anais do XIX ENAREL, 2009.**

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquiria (org). **Dialética do Lazer.** São Paulo: Cortez, 2006. p.75-103.

MASCARENHAS, Fernando. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 21-143, maio 2003.

MAY,Tim. **Pesquisa Social. Questões, métodos e processos**. 3ª ed Porto Alegre: Artmed,. 2004. 288p.

MAZZILI, Sueli; MACIEL, Aldelandia da Silva. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional**. In: Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6298--Int.pdf>. Acesso em: 25 de nov. de 2010.

MELO, Victor Andrade de. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. In: **Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/animacao_cultural_estudos_culturais.pdf>. Acesso em: 18/10/2010.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **Análise das políticas públicas.** Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu Ferraro. Pelotas, RS: Educat, 2002. 155p.

NUNES JUNIOR, Cesar; AMARAL, Silvia Cristina Franco. O Segundo Tempo e a escola: diálogos e limites a partir da experiência de Campinas, Brasil. **In: *EFDeportes.com, Revista Digital*.** Buenos Aires, Año 15, Nº 148, Septiembre de 2010. http://www.efdeportes.com/. Acesso em 18 de dezembro de 2011.

PADILHA, Valquiria. Introdução. In: PADILHA, Valquiria (org). **Dialética do Lazer.** São Paulo: Cortez, 2006. 9-19p.

_____. **Tempo Livre e Capitalismo: Um Par Imperfeito**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000. 111p.

PARO, Vitor Henrique. **A Escola: educação, cultura e desporto para a inclusão social**. In: Conferencia Nacional de educação, Cultura e Desporto, 2, 2001, Brasília. Síntese.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública.** São Paulo: Xamã, 1996. 336p.

PAULA, Maria de Fátima. Reforma da Educação Superior do Governo Lula: as políticas de democratização do acesso em foco. In: **Revista Argentina de Educação Superior.** Ano 1, Número 1, 2009. p. 152- 172.

PETERS, Michael A; OLSSEN, Mark. Conocimiento útil: redefinicion de La investigácion y la enseñanza em la economia del conocimiento. In:BARNETT,Ronald. **Para uma transformación de La universidad: nuevas relaciones entre investigación, saber y docência**. Barcelona, Ediciones Octaedro, 2005. p. 57-68.

PICAWY,Maria Maira. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, PPI – Projeto Pedagógico Institucional e PPC – Projeto Pedagógico de Curso, entre o dito e o feito, uma análise da implementação em três IES/RS/Brasil**. 2008. p.262f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação, PUCRS, Porto Alegre.

PROEX. **Plano Nacional de Extensão.** Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf.> Acesso em: 18 de dezembro de 2010.

RODRIGUES, Adyr B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. **Licere.** Belo Horizonte, v.5, n.1. p.149-164, set. 2002.

SANTOS, Flávia da Cruz; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões Teórico- Conceituais. In: **Pensar a Prática**, Goiania, V. 13, n.3, p. 1-13, set/ dez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: 3ª Ed. Cortez, 2010. 116p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** São Paulo, Cortez, 2008. 348p.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional.** Campinas: Autores Associados, 2007. 310p.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no século XXI: Desafios do presente.** São Paulo: Cortez, 2009. 341p.

SILVA, Maria das Graças Martins da. **Extensão: a face social da universidade?** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000. 188p.

STRAREPRAVO, Fernando .A.; *et al.* Esporte Universitário Brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.31, n.º3, p. 131-148, maio 2010.

STAREPRAVO, Fernando Augusto.**O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público.** Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2005. 167p.

TRINDADE, Hélgio. Universidade em Perspectiva: Sociedade, Conhecimento e poder. In: Helgio Trindade (org.), **Universidade em ruínas na república dos professores**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes / Cipedes, 2000, 222p.

TUBINO,José Manuel Gomes. **O Esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias.** São Paulo: IBRASA, 1996. 139p.

VERONEZ. Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado:políticas de esporte após a Constituição de 1988.** Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2005. 376 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ZIGONI, P. Políticas Públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **In: Motrivivência**, Ano X, nº 11, set/1998, p. 31-47.